RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO

PRESTAÇÃO DE CONTAS - EXERCÍCIO 2017 PODER EXECUTIVO



CONTAGEM/MG - 2018



Sumário

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	DO SISTEMA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO	5
3.	RISCOS DE AUDITORIA	5
4.	RESULTADO DOS TRABALHOS REALIZADOS	6
	4.1. Cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento	7
	4.1.1. Plano Plurianual – PPA	7
	4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO e Lei Orçamentária Anual-LOA	8
	4.2. Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, fina	nceira e
	patrimonial	8
	4.2.1 Gestão Orçamentária	8
	4.2.2. Gestão Financeira	.13
	4.2.3. Gestão Patrimonial	.14
	4.3. Observância dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar, bem o	omo dos
	limites e condições para a realização da Despesa Total com Pessoal	.19
	4.4. Aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem o	como em
	ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de qu	
	art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especific	•
	índices alcançados	.20
	4.4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	.21
	4.4.2. Ações e Serviços Públicos da Saúde	.22
	4.5. Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos	.23
	4.6. Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo	.24
	4.7. Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado	.25
	4.8. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial	o Ativo
	Imobilizado	.27



4.9. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as
respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento
4.10. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos
prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas
dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º,
ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas
do Estado de Minas Gerais
4.11. Do Regime Próprio de Previdência
4.11.1. O montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias
4.11.2. O detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações
patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e
aqueles repassados ao regime próprio de previdência34
4.11.3. Os procedimentos adotados quando da renegociação da dívida com o regime
próprio de previdência, se houver, com indicação do valor do débito, dos critérios
utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de
outras condições de pagamento pactuadas35
4.11.4. Informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram
conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos
próprios, especialmente no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa",
"Contribuições a Receber" e "Empréstimos"
4.11.5. Dos Aportes Financeiros Realizados no Exercício de 201736
4.11.6. Do Cálculo Atuarial Atual36
4.12. Atuação da Controladoria Geral do Município37
4.13. Sindicâncias, inquéritos, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas
instauradas38
5. PARECER CONCLUSIVO
ANEXO I
Principais Realizações PPA 2014-2017 Exercício – 2017



ANEXO II	63
Quadro de Sindicâncias, Inquéritos, Processos Administrativos e Tomadas de	Contas na
Administração Direta e Indireta do Município de Contagem	63
ANEXO III	66
Produtos de Auditorias Realizados (2017)	66



Processo : 1051.10.12.0012.18

Tipo/Natureza : Conformidade/Posterior

Origem : Plano Anual de Auditoria – PAA 2017

Ponto Auditoria : Relatório de Controle Interno – IN TCEMG 04/2017

Unidade Auditada : Prestação de Contas do Exercício de 2017

Unidade Administrativa: Poder Executivo

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO Nº 1051.0026.18

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2017 do TCE/MG, tendo como base a Constituição Federal de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2017, parte integrante da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Contagem sediada na Praça Presidente Tancredo, 200, Bairro Camilo Alves, Contagem/MG – CEP 32.017-900.

Nossos exames foram realizados consoantes às normas e procedimentos de auditoria, incluindo, consequentemente, provas em registros e documentos correspondentes na extensão julgada necessária segundo as circunstâncias, à obtenção das evidências e dos elementos de convicção sobre as ocorrências detectadas.

A execução dos trabalhos foi supervisionada pela Auditoria Geral do Município – AGM, unidade administrativa do Sistema Municipal de Controle Interno, em atendimento às exigências da Instrução Normativa em referência.



2. DO SISTEMA MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

Nos termos do art. 18 a 21 da Lei Complementar n° 142/2013, a Controladoria Geral do Município de Contagem é o órgão central do Sistema Municipal de Controle Interno, com competências previstas na Lei Complementar n° 210/2016.

O papel do controle interno foi ampliado e reconhecido como um instrumento de gerenciamento de riscos indispensável à governança corporativa. Merece destaque o fato de que a Controladoria Geral do Município, conforme Lei Complementar n° 210/2016, passou adotar como instrumento de gestão corporativa o PLANO DE METAS E RESULTADOS, celebrado com Chefe do Poder Executivo Municipal mediante CONTRATO DE GESTÃO com a finalidade de promover uma administração por resultados.

Dessa forma, o Sistema Municipal de Controle Interno, de forma estruturada e sistematizada, visa cumprir sua missão constitucional: contribuir para melhoria dos resultados da administração pública municipal.

3. RISCOS DE AUDITORIA

As fontes de consultas utilizadas na elaboração do presente relatório foram os relatórios extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira e Controle Interno – SAFCI por meio do qual são operacionalizadas as movimentações referentes à execução orçamentária financeira e patrimonial do Município.

Cumpre ressaltar que, devido às adequações do Plano de Contas determinado pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais àquele preconizado pela Secretaria do Tesouro Nacional para atendimento ao módulo "Matriz de Saldos Contábeis", obrigatória para o Município a partir de julho de 2018, o referido Sistema encontra-se em constante desenvolvimento.



4. RESULTADO DOS TRABALHOS REALIZADOS

A Lei Complementar nº 102, de 18/01/08, que dispõe sobre a organização do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, determina em seu Título II – Da Fiscalização e do Controle, Seção II – Das Contas do Prefeito, no artigo 42 que:

"§3º - As contas serão acompanhadas do relatório e do parecer conclusivo do órgão central do sistema de controle interno, que conterão os elementos indicados em atos normativos do Tribunal".

O Poder Executivo, com vistas a atender o dispositivo legal, com base no Decreto nº 259, de 11 de outubro de 2017, que trata do encerramento do exercício financeiro de 2017 estabelece que "compete à Controladoria-Geral do Município a elaboração do relatório de controle interno concernente à avaliação da execução da Lei Orçamentária Anual, em cumprimento ao disposto no art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008".

Da mesma forma, conforme determina o artigo 16 do Decreto nº 259/2017, os órgãos e entidades da Administração Pública ficam obrigados a disponibilizar para a Controladoria-Geral do Município os relatórios das Demonstrações Contábeis contendo informações sobre os fatos relevantes que possam influenciar na interpretação dos resultados.

Em cumprimento aos referidos dispositivos legais, a Auditoria-Geral do Município, órgão da Controladoria-Geral do Município, realizou o presente trabalho tomando como referência os dados registrados no Sistema de Administração Financeira e Controle Interno – SAFCI relativos aos exercícios financeiros de 2016 e 2017.

O relatório está estruturado em tópicos e circunstanciado em sínteses dos itens previstos no Anexo I da IN TCEMG nº 04/2017, como se denota a seguir.



4.1. Cumprimento das metas previstas nos instrumentos de planejamento.

Os instrumentos de planejamento do Município de Contagem para o exercício de 2017 foram aprovados com base nas seguintes leis:

- → Lei nº 4.645 , de 26 de dezembro de 2013 Plano Plurianual PPA 2014/2017 (Revisão Lei 4.867 de 22 de dezembro de 2016);
- → Lei nº 4.840, de 12 de julho de 2016 Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO 2017;
- → Lei nº 4.877, de 30 de dezembro de 2016 Lei Orçamentária Anual LOA 2017.

Os instrumentos de planejamento orçamentário, PPA, LDO e LOA, atendem aos objetivos preconizados no artigo 165 da Constituição Federal e apresentam compatibilidade entre si.

4.1.1. Plano Plurianual – PPA

O PPA do Município de Contagem para o quadriênio de 2014 a 2017 foi instituído pela Lei nº 4.645 de 26/12/2013 e revisado pela Lei nº 4.867, de 22/12/2016, estabelecendo as diretrizes gerais, os programas com seus respectivos objetivos, metas e custos para a Administração Municipal. O instrumento de planejamento foi publicado no Diário oficial de Contagem e seus anexos disponibilizados no sítio oficial da Prefeitura¹.

As diretrizes, programas e ações governamentais para os quatro anos se articulam a partir de Macro Objetivos (Áreas de Resultado), que expressam e consolidam os eixos de orientações estratégicas da administração municipal: Políticas Sociais, Políticas de Desenvolvimento Urbano, Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Sustentabilidade, Políticas e Temas Especiais (Democracia e Participação Popular, Transparência, Modernização da Gestão Pública) e Manutenção Institucional.

-

¹(http://www.contagem.mg.gov.br/?se=legislacao).



O ANEXO I – Principais Realizações PPA 2014-2017 (Exercício - 2017) ao presente relatório destaca a execução das ações e programas dentro do macro objetivos constantes do PPA 2014-2017, no exercício de 2017, conforme dados apresentados pelo Ofício GAB/SEPLAN nº 050/2018, de 09 de março de 2018, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.1.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e Lei Orçamentária Anual – LOA

As diretrizes gerais da Administração Pública para o exercício de 2017 que constam na Lei nº 4.840, de 12 de julho de 2016 (LDO – 2017), referem-se à promoção das condições para o desenvolvimento econômico, urbano e social, além de ampliar a transparência pública e a efetiva participação popular.

A Lei do Orçamento Anual, Lei nº 4.877, de 30 de dezembro de 2016, estimou a receita e fixou a despesa dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Contagem, para o exercício de 2017, em **R\$ 1.804.943.735**, conforme o Balanço Orçamentário.

4.2. Resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial

4.2.1 Gestão Orçamentária

Consideramos que:

- a) eficácia da gestão orçamentária é o pleno alcance de objetivos e metas de desempenho previamente definidos, aliado à observância de prazos definidos. A sua mensuração se faz a partir da relação entre resultados obtidos e resultados previstos (metas físicas previstas versus metas físicas executadas); e
- b) eficiência da gestão orçamentária é a otimização da relação entre resultados produzidos e recursos empregados. A sua mensuração se faz a partir da relação entre



resultados obtidos em face dos previstos (metas físicas previstas versus metas físicas executadas) aliados aos custos incorridos em face dos previstos (despesa executada versus despesa prevista originalmente).

O Quadro I demonstra o Balanço Orçamentário:

Quadro I Balanços Orçamentários (2016/2017)

	Baianços Orçamentarios (2010/2017)									
Receitas Previsão				Execução			Saldo			
2016			2017	2010	2016		2010	5	2017	
Correntes		1.403	650.818	1.548.106.224	1 1.3	94.253.719	1.457.330.	387 9.3	397.099	90.775.837
Capital		265.	687.092	214.584.498	3 1	00.893.756	30.926.	155 164.7	93.336	183658.343
Intra-Orça	metárias	66.	387.406	100.941.800)	76.577.706	103.946.	342 -10.1	90.300	-3.004.542
Total		1.735	725.316	1.863.632.522	2 1.5	71.725.183	1.592.202.	885 164.0	000.132	271.429.636
Déficit (2017)			•			-	40.461.	879		
Total					1.5	71.725.183	1.632.664.	765		
Despesas	Dota	ação		Execução					(Dotaçã	ildo ío – Desp penh)
Despesas	2016	2017		2016		2017			2016	2017
	2015	2016	Empenhada	Liquidada	Paga	Empenhada	a Liquidada	Paga	2015	2016
Correntes	1.369.430.065	1.566.321.318	1.304.315.129	1.274.629.576	1.242.651.336	1.486.679.44	1.427.982.096	1.392.146.514	65.114.935	79.641.877
Capital	346.295.250	340.115.383	188.084.134	143.070.279	134.930.838	145.985.32	114.062.546	113.020.736	158.211.116	194.130.059
Reservas	20.000.000	18.000.000	-	-	-	-	-	-	20.000.000	18.000.000
Total	1.735.725.316	1.924.436.701	1.492.399.264	1.417.699.856	1.377.582.174	1.632.664.70	1.542.044.643	1.505.167.251	243.326.051	291.771.936
Superávit (2016) 79.325		79.325.918			-					

Fonte: SAFCI: Balanço Orçamentário – Exercício 2016/2017.

1.571.725.183

OBS: Previsão/dotação atualizada.

Total

O Poder Executivo buscou a execução plena das metas previstas no orçamento, sendo assim as receitas arrecadadas representaram 85% da previsão atualizada e as despesas executadas ficaram em 84% das fixadas.

1.632.664.765

Quanto ao desempenho das despesas de capital mediante sua dotação, houve um reflexo importante pela insuficiência das transferências estaduais e federais, que se dá, principalmente, através dos termos de parcerias (convênios).



Conforme o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, podemos realizar análises relevantes referentes aos seguintes quocientes:

A - O Quociente do Equilíbrio Orçamentário

Previsão da Receita	1.863.632.522	=	0,97
Dotação da Despesa	1.924.436.701		

Verifica-se que o Quociente do Equilíbrio Orçamentário é 97%, isto significa que a previsão orçamentária atualizada resultou em um desequilíbrio em 0,03%, ou seja, caso as despesas executadas atingissem o montante das dotações fixadas não haveria receita suficiente para acobertá-las.

B - O Quociente de Execução e Desempenho da Receita

	Receita Realizada	1.592.202.885	=	0,85
_	Previsão da Receita	1.863.632.522		

O Quociente de Execução e Desempenho da Receita representa 85%, indicando que a arrecadação do exercício de 2017 não correspondeu à expectativa orçamentária. Essa discrepância é o produto da baixa arrecadação realizada por meio das transferências intergovernamentais, prejudicando assim o cumprimento da meta fiscal.

C - O Quociente de Execução da Despesa





O Quociente de Execução da Despesa corresponde à 85%, indicando que a execução de despesas durante o exercício de 2017 não correspondeu à expectativa orçamentária, demonstrando uma economia, que acompanhou o comportamento das receitas. O equilíbrio orçamentário das contas (Receitas X Despesas), prescrito na Lei de Responsabilidade Fiscal, foi devidamente respeitado.

D - O Quociente do Resultado Orçamentário

Receita Realizada	1.592.202.885	=	0,98
Despesa Empenhada	1.632.664.765	_	

Com relação a análise do resultado orçamentário, que segundo o MCASP-STN, utiliza como base de cálculo a realização de receitas sobre as despesas empenhadas, constata-se que o Quociente do Resultado Orçamentário é 98% indicando assim a existência de um déficit orçamentário de R\$ 40.461.879.

Conforme prescreve o art. 58 da Lei nº 4320/64:

"O empenho da despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição".

Considera-se então que houve um descontrole orçamentário em relação as despesas empenhadas.



E - O Quociente da Execução Orçamentária Corrente (Regra de Ouro)

	Receita Realizada Corrente	1.457.330.387	=	0,98
-	Despesa Empenhada Corrente	1.486.679.441	<u> </u>	

O Quociente da Execução Orçamentária Corrente 98%, significa que no período analisado a receita corrente não suportou as despesas correntes em -2% (R\$ 29.349.053), prática que é defesa pela Constituição Federal de 1988. Dessa forma, a Prefeitura de Contagem não atendeu à "regra de ouro" da Administração Pública, ou seja, se for necessário, deverá utilizar-se dos recursos de endividamento público para custear despesas de custeio ou manutenção.

F - O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária

Receita Realizada	1.592.202.885	=	1,06
Despesa Paga	1.505.167.251	-	

O Quociente Financeiro Real da Execução Orçamentária 1,06, indica que a Prefeitura se encontra com situação financeira positiva, pois arrecadou receita em quantidade superior às despesas pagas no montante de R\$87.035.634.

Nesse contexto, temos que o Município de Contagem apresentou-se parcialmente eficaz e eficiente na gestão orçamentária, em razão do desempenho financeiro equilibrado em contraposição à execução orçamentária.



4.2.2. Gestão Financeira

O Quadro II demonstra o Balanço Financeiro:

Quadro II Balanço Financeiro (2016/2017)

Ingressos 2016 2017 Dispêndios				2016	2017
Receita Orçamentária	1.571.725.183	1.592.202.885	Despesa Orçamentária	1.492.399.264	1.632.664.765
Ordinária	706.441.783	728.392.366	Ordinária	514.686.714	529.498.813
Vinculada	865.283.400	863.810.518	Vinculada	977.712.550	1.103.165.952
Recursos Vinculados à Educação	308.133.895	319.157.610	Recursos Vinculados à Educação	306.431.170	352.468.423
Recursos Vinculados à Saúde	315.796.979	311.384.785	Recursos Vinculados à Saúde	427.162.465	479.067.479
Recursos Vinculados à RPPS	141.448.514	170.393.247	Recursos Vinculados à RPPS	110.381.829	145.997.856
Recursos Vinculados à Assistência Social	3.719.483	5.547.165	Recursos Vinculados à Assistência Social	3.643.914	6.771.667
Recursos Vinculados à Convênios União	17.740.074	7.620.793	Recursos Vinculados à Convênios União	18.319.790	11.133.720
Recursos Vinculados à Convênios Estado	6.488.428	516.543	Recursos Vinculados à Convênios Estado	1.095.925	15.613.431
Outras Destinações de Recursos	71.956.026	49.190.372	Outras Destinações de Recursos	110.677.458	92.113.373
Transferências Financeiras Recebidas	481.276.451	573.188.765	Transferências Financeiras Concedidas	481.276.451	573.188.765
Para a Execução Orçamentária	446.663.352	557.424.665	Para a Execução Orçamentária	446.663.352	557.424.665
Para Cobertura Déficit Financeiro do RPPS	34.613.099	15.764.100	Para Cobertura Déficit Financeiro do RPPS	34.613.099	15.764.100
Recebimentos Extra orçamentários	284.611.095	385.338.290	Pagamentos Extra orçamentários	304.652.385	296.477.072
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	74.699.408	90.620.122	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	38.860.077	24.918.052
Inscrição de Restos a Pagar Processados	40.117.683	36.877.391	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	54.798.784	37.727.541
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	157.521.548	207.146.269	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	208.786.500	201.052.718
Outros Recebimentos Extra orçamentários	12.272.456	50.694.507	Outros Pagamentos Extra orçamentários	2.207.023	32.778.760
Saldo em Espécie do Exercício Anterior	256.051.453	315.336.081	Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte	315.336.082	363.735.419
Caixa e Equivalentes de Caixa	256.051.453	315.336.081	Caixa e Equivalentes de Caixa	315.336.082	363.735.419
Total	2.593.664.182	2.866.066.023	Total	2.593.664.182	2.866.066.023

Fonte: SAFCI: Balanço Financeiro – Exercício 2016/2017.

Com relação a avaliação da gestão financeira, segundo o MCASP-STN podemos realizar análises relevantes referente ao seguinte quociente:



• O Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros

Saldo que passa para o Exercício Seguinte	363.735.419	=	1,15
Saldo do Exercício Anterior	315.336.081	_	

A análise no Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros 1,15, indica que a Prefeitura dispõe em caixa ao final do exercício de 2017 um montante de R\$ 48.399.338 maior do que o saldo inicial de caixa (R\$ 315.336.081).

Quanto à eficiência da gestão financeira, o resultado financeiro positivo em R\$ 48.399.338 é um indicador que demonstra equilíbrio financeiro. Ressaltamos ainda, que o planejamento da alocação de recursos, mediante sistema de fluxo de caixa por meio do qual são realizadas a previsão e o controle de receitas e de despesas é efetuado através das Secretarias Municipais de Planejamento e de Fazenda. Enquanto o planejamento de dispêndios e a priorização das despesas indispensáveis à manutenção e ao funcionamento do órgão, entidade ou fundo é efetuado pela Câmara de Coordenação Orçamentária e Administração Financeira – CCOAF, regulamentada nos termos do Decreto nº 46 de 16 de março de 2017.

Constata-se, ainda, que os recursos financeiros do Município são depositados em bancos oficias, com preservação do poder aquisitivo através de aplicações financeiras que não envolvem risco.

4.2.3. Gestão Patrimonial

O **Quadro III** demonstra o Balanço Patrimonial correspondente aos exercícios de 2016 e 2017:



Quadro III Disponibilidades Patrimonial (2016/2017)

ATIVO						
Especificação	2016	2017				
ATIVO CIRCULANTE	667.193.470	784.728.346				
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	195.102.936	220.723.191				
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	258.269.727	346.050.477				
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	86.977.905	60.575.167				
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	120.233.145	143.012.227				
ESTOQUES	6.609.755	14.367.282				
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.155.266.722	2.159.221.317				
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	341.711.030	235.732.593				
INVESTIMENTOS	564.220	623.583				
IMOBILIZADO	1.812.991.471	1.922.865.141				
TOTAL	2.822.460.193	2.943.949.663				

PASSIVO				
Especificação	2016	2017		
PASSIVO CIRCULANTE	144.027.469	140.931.432		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	32.774.545	29.866.445		
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	19.604.661	18.304.323		
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	91.648.262	92.760.663		
PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	946.111.624	872.395.464		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS	256.752.196	129.727.658		
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	85.352.376	119.609.940		
FORNECEDORES A LONGO PRAZO	248.021.121	241.632.014		
OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	1.623.578	0,00		
PROVISÕES A LONGO PRAZO	354.362.352	378.241.514		
RESULTADO DIFERIDO	0	3.184.337		
TOTAL DO PASSIVO	1.090.139.094	1.013.326.897		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
RESULTADOS ACUMULADOS	1.732.321.099	1.930.622.766		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.732.321.099	1.930.622.766		
TOTAL	2.822.460.193	2.943.949.663		

Fonte: SAFCI: Balanço Patrimonial – Exercício 2016/2017.



No que concerne à avaliação da gestão patrimonial, utilizamos índices consoantes ao MCASP-STN, para realizar as seguintes análises:

A – Liquidez Imediata

Disponibilidades	220.723.191	=	1,57
Passivo Circulante	140.931.432	-	

A Liquidez Imediata de 1,57, indica que o Município tem capacidade financeira para honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa e equivalentes de caixa.

B – Liquidez Corrente

O índice de Liquidez Corrente demonstra que o Município dispõe R\$ 784.728.346, em recursos de curto prazo, isto é, 5,57 vezes maior do que suas dívidas circulantes (R\$ 140.931.432), indicando uma larga folga relativa ao índice em comento.

C - Liquidez Seca

Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo		=	4,02
Passivo Circulante	140.931.432	=	



O mesmo acontece com relação ao índice de Liquidez Seca, que demonstra que o ente também possui uma larga condição de honrar seus compromissos de curto prazo, ou seja, dispõe o montante de R\$ 566.773.669, relativos aos recursos circulantes, sem levar em consideração os itens não monetários (Estoques, Investimentos e Aplicações, e demais Valores a curto prazo), para fazer face às obrigações em análise (R\$ 140.931.432).

D - Liquidez Geral

Considerando o índice de Liquidez Geral de 1,01. Isto significa que, por este enfoque, o Município conta com recursos realizáveis a curto e longo prazos (R\$ 1.020.460.939), sendo o bastante para arcar com Passivo Total (R\$ 1.013.326.897).

E – Índice de Solvência

Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante	2.943.949.663	2,91
Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	1.013.326.897	

O Município se mostra solvente, quando a perspectiva se amplia aos recursos constantes na totalidade do Ativo Total de encontro ao Passivo Total, concepção definida no Índice de Solvência. A entidade está em condições de fazer frente a suas obrigações (R\$ 1.013.326.897), e ainda apresenta uma situação patrimonial que provavelmente garantirá sua sobrevivência no futuro.



F - Endividamento Geral

Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	1.013.326.897,48	=	0,34
Ativo Total	2.943.949.663,87	=	

A finalidade deste índice é demonstrar que o Município de Contagem está com o endividamento ainda reduzido, ou seja, suas dívidas com terceiros representam 34% de todos os seus ativos.

G - Composição do Endividamento

O índice da Composição do Endividamento reflete que dentro do endividamento, temos 14% de curto prazo e 86% de longo prazo no Município de Contagem. Indicando uma boa composição deste endividamento, porque geralmente é melhor para entidade, que suas dívidas sejam de longo prazo.

Nesse cenário, temos que o Município de Contagem apresentou-se eficaz e eficiente na gestão patrimonial, em que todos os índices demonstram uma situação favorável quanto ao patrimônio da entidade em análise.



4.3. Observância dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar, bem como dos limites e condições para a realização da Despesa Total com Pessoal

A Lei de Responsabilidade Fiscal em seu art. 42, veda o gestor público contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro de seu mandato. Assim o Município apresenta, no exercício de 2017, suficiência financeira no valor de R\$ 93.225.677,94, confrontando-se as disponibilidades financeiras com as despesas de exercícios encerrados, para as quais o orçamento respectivo consignava crédito próprio, ou seja, restos a pagar.

Quadro IV Disponibilidades Financeiras X Restos a Pagar (2017)

Disponibilidades				
Caixa	9.794,34			
Bancos – Conta Movimento	18.169.621,49			
Aplicações Financeiras	345.556.003,70			
Total Disponibilidades	363.735.419,53			
Inscrições em Restos a	Pagar em 2017			
Processados	36.877.391,58			
Não Processados	90.620.122,40			
Total Restos a Pagar Inscritos no Exercício	127.497.513,98			
Suficiência Financeira	236.237.905,55			

Fonte: SAFCI – Balanço Financeiro / Balancete de Verificação do Razão Analítico dezembro-2017.

No que se refere ao gasto com pessoal, o **Quadro V** a seguir demonstra a despesa com pessoal do período referente ao Poder Executivo.

Quadro V Despesas com Pessoal – Poder Executivo – 2017

Despesa com Pessoal	Poder Executivo
Vencimentos/Vantagens	544.372.827,53
Inativos	149.755.065,97
Pensionistas	9.409.355,11
Obrigações Patronais	109.742.865,50



Sentenças Judiciais Pessoal	11.950.287,53
Outras Despesas de Pessoal	9.307.226,03
Outros Benefícios Previdenciários	8.939.008,04
Despesa Bruta com Pessoal	843.476.635,71
Indenizações por Demissão	-23.713.604,49
Sentenças Judiciais Anteriores	-11.950.287,53
Inativos / Pensionistas Recursos Vinculados	-143.397.421,08
Outros Benefícios Previdenciários	-1.429,22
Despesa de Exercício Anterior	-4.317.818,71
Soma das Exclusões	-183.380.561,03
Total Despesa com Pessoal	660.096.074,68
Receita Corrente Líquida – RCL	1.389.892.509,95
% do Total Despesa Pessoal sobre a RCL	47,49%
Limite Legal (artigo 20 LC 101/2000)	54,00%

Fonte: SAFCI – Despesa com Pessoal – Exercício 2017

De acordo com o **Quadro V**, nota-se que o Poder Executivo em 2017 adequou os gastos de pessoal de modo que estes ficassem abaixo do limite de alerta (48,60%), estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – Lei Complementar 101/2000, respeitando assim a legislação.

4.4. Aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, bem como em ações e em serviços públicos de saúde, notadamente quanto ao valor residual de que trata o art. 25 da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, com a especificação dos índices alcançados

Nossa análise foi baseada nos demonstrativos das despesas com educação e saúde do Sistema de Administração Financeira e Controle Interno - SAFCI, sendo que os documentos referentes à comprovação das despesas foram verificados por amostragem no decorrer do exercício, nos termos do Plano Anual de Auditoria – PAA 2017. A composição das receitas utilizadas para base de cálculo dos percentuais de Saúde e Educação, constam do **Quadro VI** a seguir.



Quadro VI Receitas – Base para cálculo dos gastos com a Educação e Saúde

210001111 21100 Part u turouro tron gunton com u 2000 tulquo t nuturo		
Receitas	2017	
A – Impostos	372.104.189,91	
B – Transferências Correntes	608.951.833,52	
C - Outras Receitas Correntes	33.407.877,50	
D – Transferências de Capital	0,00	
E – Deduções das Receitas (exceto Fundeb)	0,00	
Total das Receitas (A+B+C+D-E)	1.014.463.900,93	

Fonte: SAFCI – Demonstrativo da Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2017. Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – 2017.

4.4.1. Manutenção e Desenvolvimento do Ensino

Nos termos do artigo 212 da CF/88, os municípios devem aplicar, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

No exercício de 2017, segundo informações analisadas, o município aplicou um montante de R\$ 273.394.817,67 na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, correspondendo a 26,94% do total dos impostos e transferências consideradas, atendendo assim o mandamento constitucional, conforme demonstrado no **Quadro VII**.

Quadro VII Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (2017)

Base Cálculo	Mínimo Constitucional		Valor Aplicado	
2017	Percentual	Valor	Valor Aplicado	Percentual de Aplicação
1.014.463.900,93	25%	253.615.975,23	273.394.817,67	26,94%

Fonte: SAFCI - Demonstrativo da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino -2017.

O detalhamento do valor aplicado com a manutenção e desenvolvimento do ensino em 2017, que foi de R\$ 273.394.817,67, está disposto no **Quadro VIII**, explicando em qual área da educação foram aplicados os recursos.



Quadro VIII

Detalhamento - Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (2017)

Função	Subfunção	Programa	Valor (R\$)	
	A1 ::: ~ ~ C 1	Gestão Administrativa Institucional	701.742,22	
	Administração Geral	Gestão da Folha de Pessoal	9.495.254,88	
	Tecnologia da Informação	Cidade Digital	4.128.973,80	
		Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	8.913.294,15	
	Ensino Fundamental	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	34.276.042,33	
Educação		Gestão da Folha de Pessoal	58.452.091,59	
	F1 ~ 1.0 (1)	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	9.849.731,72	
	Educação Infantil	Gestão da Folha de Pessoal	12.443.997,52	
	Educação Francial	Educação Social e Inclusiva	2.691.384,69	
	Educação Especial	Gestão da Folha de Pessoal	4.359.496,69	
	Contribuição ao FUNDEB – art. 1º Lei Federal 11.494/07		120.519.094,50	
	Restos a Pagar Não Processados			
	Tota	Total		

Fonte: SAFCI – Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino – 2017.

4.4.2. Ações e Serviços Públicos da Saúde

Nos termos do art. 198, da CF/88, os municípios devem aplicar, no mínimo, 15% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, nas ações e serviços públicos da saúde.

No decorrer do exercício de 2017, foram aplicados na área da saúde R\$ 294.150.654,19, o que representa 28,99%, sobre os referidos impostos e transferências, cumprindo dessa maneira o mínimo exigido pela carta magna, conforme demonstra o **Quadro IX.**

Quadro IX Gastos com as Ações e Serviços Públicos da Saúde (2017)

Base Cálculo	Mínimo Constitucional		Valor Aplicado	
2017	Percentual	Valor	Valor aplicado	Percentual de Aplicação
1.014.463.900,93	15%	152.169.585,13	294.150.654,19	28,99%

Fonte: SAFCI – Demonstrativo da Aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde – Exercício 2017.



O detalhamento do valor aplicado com as ações e serviços públicos da saúde em 2017, que foi de R\$ 294.150.654,19 está disposto no **Quadro X**, explicando em qual área da saúde foram aplicados os recursos.

Quadro X Detalhamento Gastos com as Ações e Serviços Públicos da Saúde (2017)

Função	Subfunção	Programa	Valor (R\$)
	Administração Geral Assistência Hospitalar e Ambulatorial	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	15.221.827,16
		Gestão da Folha de Pessoal	271.441.933,61
Saúde		Organização e Qualificação da Gestão e da Atenção à Saúde	1.050,00
		Organização e Qualificação da Gestão e da Atenção à Saúde	6.846.140,76
	Restos a Pagar Não Processados		639.702,66
	Total		294.150.654,19

Fonte: SAFCI – Demonstrativo dos Gastos com Ações em Serviços Públicos da Saúde – 2017.

Conclui-se que a aplicação de recursos nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, superaram os limites mínimos exigidos pela Constituição, cumprindo de forma satisfatória os preceitos Constitucionais no que se refere à aplicação de recursos em Educação e Saúde.

4.5. Destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

A previsão orçamentária de realização de receitas com alienação de ativos (bens móveis e imóveis) para o exercício de 2017 foi de **R\$ 1.188.000,00**. Durante o exercício a captação de receita proveniente de alienação de ativos efetuou-se apenas na Autarquia Centro Industrial de Contagem – CINCO, oriunda de doação de imóveis com encargos e foi da ordem de **R\$ 348.542,92**, não atingindo a previsão municipal para a referida receita.



Os recursos arrecadados com alienação de bens pelo Município de Contagem ao longo dos exercícios estão depositados em contas correntes, salientando que todos esses valores encontram-se devidamente aplicados.

A Administração apresentou no decurso do exercício de 2017 valores de saída destas contas correntes, que receberam haveres derivados da venda de ativos, como demonstrado no **Quadro XI**.

Quadro XI Destinação dos Recursos Obtidos com Alienação de Ativos (2017)

UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
	AQUISIÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS	1.629,52
CINCO	AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES	35.700,00
	AQUISIÇÃO DE SWITCH	5.363,70
	Total	42.693,22

Fonte: SAFCI – Posição de Bancos – Alienação de Ativos - Exercício 2017.

Quanto à destinação de recursos obtidos com alienação de ativos, o Município atendeu o art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que trata da preservação do patrimônio público:

"Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos."

4.6. Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo

Em cumprimento ao artigo 29-A da Constituição Federal, no exercício de 2017 foi repassado ao Poder Legislativo o montante de R\$ 42.713.104,37, conforme demonstrado no **Quadro XII.**



Quadro XII

Calculo do repasse de recursos à Câmara Municipal de Contagem (2017)

Receitas	Arrecadação (2016)	Repasse à Câmara (2017)
Tributárias	330.684.818,62	14.880.816,84
Multas e Juros / Dívida Ativa	32.942.336,51	1.482.405,14
Cotas-partes / Transferências	585.552.941,98	26.349.882,39
Restituição ICMS	0,00	0,00
Total	949.180.097,11	42.713.104,37

Fonte: SAFCI: Razão - Conta: 351120100000000 / Demonstrativo Contabilidade/SEFAZ - Duodécimo Câmara - 2017

Obs.: A diferença de 0,05 no valor total da planilha para o valor apurado mensalmente multiplicado por 12 meses refere-se ao arredondamento.

Conforme se observa, o montante repassado está dentro do limite legal, correspondente ao percentual de 4,5% das receitas com impostos e transferências, percentual definido para Municípios com população entre 500.001 e 3.000.000 de habitantes, ressaltando-se que, para efeitos de cálculo, foi considerada a população estimada em 2017 de 658.580 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE). O Município realizou os repasses ao Poder Legislativo mensalmente no montante de R\$ 3.559.425,36, em consonância com os dispositivos da Constituição Federal, inclusive quanto aos prazos estabelecidos.

4.7. Aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado

O inciso II, do art. 74 da Constituição Federal prevê que o Poder Público manterá sistema de controle interno, em relação aos órgãos e entidades da administração pública, envolvendo também controle da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

Verificando a Legislação Municipal, bem como os demais dados orçamentários e ainda às disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial o art. 26, ressaltamos que não houve, no exercício de 2017, aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado na forma de participação societária ou mesmo de aumento de capital.



No exercício de 2017, o Município realizou repasses apenas a título de Subvenções Sociais, Auxílios, Serviços de Terceiros e Contribuições a entidades privadas sem finalidade lucrativa, mediante convênios, conforme demonstrado no **Quadro XIII**.

Quadro XIII Repasses à Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (2017)

Natureza de Despesas	Valor Liquidado
335039 – Despesas Correntes - Outros Serviços de Terceiros - PJ	21.403.804,38
335041 – Despesas Correntes – Contribuições	20.449.739,93
335043 - Despesas Correntes – Subvenções Sociais	32.744.307,67
445041 – Despesas de Capital - Contribuições	1.921.894,62
445042 – Despesas de Capital - Auxílios	138.212,00

Fonte: SAFCI – Posição de Empenho por Período por Natureza da Despesa – 2017

Incluem-se no montante repassado por meio das naturezas de despesa 335041 – Despesas Correntes – Contribuições e 445041 – Despesas de Capital – Contribuições, os valores correspondentes aos Caixas Escolares das Unidades Escolares do Ensino Fundamental e do Ensino Médio instituídas e mantidas pelo município por caracterizarem-se como Instituições Privadas sem Fins Lucrativos conforme dispõe o Decreto 2896 de 23 de dezembro de 1998.

A legalidade dos atos de gestão na aplicação dos recursos por entidades de direito privado sem finalidade lucrativa foi fiscalizada pela Auditoria-Geral do Município através da execução do Plano Anual de Auditoria – PAA 2017, com emissão das respectivas recomendações de auditoria, adotando-se as medidas para responsabilização dos respectivos agentes públicos ou privados na forma da lei, conforme se denota no **ANEXO III** do item **4.12** deste relatório.



4.8. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o Ativo Imobilizado

Uma das preocupações constantes do Município refere-se à proteção e salvaguarda de seus ativos, em particular do seu ativo imobilizado. Para tanto, vem aprimorando suas medidas de controle e a legislação municipal que trata da matéria.

Neste contexto, merece menção o Decreto nº 2.907, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre a administração dos bens patrimoniais do Município de Contagem, determina em seu artigo 40:

"anualmente, na primeira quinzena de novembro, a Diretoria de Patrimônio efetuará o inventário anual dos bens patrimoniais, por unidade administrativa."

No mesmo sentido, o art. 118 da Lei nº 2.160, de 20/12/1990 – Estatuto do Servidor que estabelece responsabilidade do servidor decorrente de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao Erário ou a terceiros.

Destaque-se, ainda, o Decreto nº 152/2005, que dispõe sobre a responsabilidade de servidores na guarda de bens móveis utilizados pela Administração Pública Municipal, que estabelece em seu artigo 2º que toda unidade administrativa, a cada período de 6 (seis) meses, deverá remeter inventário de bens à Coordenadoria de Patrimônio descrevendo a sua situação patrimonial.

Não obstante a legislação existente, anualmente o Município de Contagem edita Decreto Municipal que regulamenta o encerramento do Exercício Financeiro, a exemplo do Decreto nº 259/2017, que determina a forma e prazos em que as comissões inventariantes são constituídas e o inventário anual deverá ocorrer no âmbito da Administração Direta e Indireta, com a finalidade de inventariar os bens móveis e imóveis existentes e levantamento físico do almoxarifado.



A Prefeitura ainda conta com o Sistema de Gestão do Patrimônio – SICOP, para o controle de bens, com bancos de dados separados por bens móveis e imóveis. As desincorporações são realizadas por decretos: alienações (leilões), furtos/roubos, perecimentos, doações, convênios, conforme demonstrado no **Quadro XIV**.

Quadro XIV Desincorporações (2017)

Descrição	Valor
CINCO (Alienação - Doação com Encargos)	348.542,92

Fonte: Ofício CINCO nº 05/2018.

De acordo com e-mail enviado pela Diretoria de Administração de Recursos Materiais, foi informado que não foi encontrada em seus arquivos "nenhuma solicitação no ano de 2017 para baixa por perecimento, furto ou roubo de bens permanentes do Patrimônio deste Município".

Desde o exercício de 2013, estão sendo adotadas medidas para atender as novas Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público – NBCASP, a Lei Complementar nº 101/2000 – LRF e a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional – STN nº 548/2015 no que diz respeito aos prazos para implementação do plano de contas.

Segundo Portaria STN nº 548/2015, o prazo para preparação dos sistemas informatizados e providências de implantação do reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável (exceto bens do patrimônio cultural e de infraestrutura) é até 31/12/2019. Registre-se que o Município de Contagem já realiza a depreciação dos itens recentes do patrimônio.

Conforme memorando da Diretoria de Administração e Recurso Materiais nº 002/2018, de 23/01/2018, ressaltamos que o inventário da administração direta, não se encontra totalmente de acordo com determinação da Portaria nº 548/2015, pela ausência de empresa especializada, que realizará avaliação, depreciação de bens patrimoniais mais antigos da Prefeitura, dentre outras atualizações no sistema de patrimônio.



Importa ressaltar que o inventário da Prefeitura não é realizado de forma consistente, no que diz respeito a verificação física dos materiais permanentes em uso ou estocados. O inventário é realizado por meio da comparação do sistema de patrimônio com os dados registrados na contabilidade.

Com relação à administração indireta, houve contagem física dos bens patrimoniais e os relatórios das comissões inventariantes, encaminhados à Diretoria de Contabilidade/SEFAZ e à Controladoria-Geral, apontando falhas no controle patrimonial de forma geral, dentre as quais merecem destaque:

- a. Divergência entre o saldo contábil e o saldo dos itens efetivamente localizados e registrados no sistema de patrimônio (bens não encontrados, bens não patrimoniados);
- b. Bens em desuso e inservíveis ou que não existem, ainda não baixados da carga patrimonial;
- c. Bens sem a indicação do responsável pela carga patrimonial (sem Termo de Responsabilidade);
- d. Bens doados e/ou recebidos em doação sem a devida regulamentação legal e sem carga patrimonial;
- e. Bens sem identificação (plaquetas);
- f. Bens com codificação e descrição incorretas;
- g. Bens registrados em duplicidade.

A respeito das divergências levantadas, não houve por parte das comissões inventariantes, qualquer medida administrativa adotada para sanear as inconsistências encontradas.



Inobstante, apesar das providências administrativas, incluindo instrumentos legais que visam salvaguardar o patrimônio público, fica visível a necessidade de aprimoramento dos processos e instrumentos de controle patrimonial no Município, tanto no órgão central quanto nos demais órgãos e entidades da Administração, seja quanto aos bens móveis ou imóveis.

4.9. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento

O **Quadro XV** demonstra os instrumentos legais que autorizam a participação do Município de Contagem em consórcios públicos e o impacto orçamentário.

Quadro XV Consórcios Públicos – Instrumentos Legais / Impacto Orçamentário

Consol clos i doneos instrumentos Leguis / impacto Orçamentario				
T2	Data	Referência	Impacto Orçamentário	
Lei	Data	Keterencia	Natureza de Despesa	Liquidação
2.662	14/11/94		Desp. Correntes/Contratação	18.745.305,50
4.137	28/12/07	Consórcio Intermunicipal Bacia do Paraopeba /CISMEP	Desp. Correntes/Pessoal/Rateio	360.000,00
4.137 28/12/07		Outras Desp. Correntes/Rateio	1.247.375,08	
4.548 29/06/12	Consórcio Intermunicipal Aliança Saúde/CIAS	Desp. Correntes/Pessoal/Rateio	20.000,00	
		Outras Desp. Correntes/Rateio	40.000,00	
4.131 13/12/07		Desp. Correntes/Pessoal/Rateio	31.593,81	
	13/12/07	Consórcio Regional Promoção da Cidadania/Mulheres das Gerais	Outras Desp. Correntes/Rateio	142.640,23
		Gerais	Desp. de Capital/Invest./Rateio	1.219,41
			Total	20.588.134,03

Fonte: SAFCI – Posição de Empenho por Período - 2017

Considerando as despesas liquidadas como referência de gastos, as despesas dos Consórcios Públicos, em que a Prefeitura de Contagem é signatária, são de **R\$ 20.588.134,03**, verifica-se que o impacto orçamentário é de **1,34%** sobre as despesas executadas totais do Município, que são da ordem de **R\$ 1.542.044.643,00** no exercício de 2017.



4.10. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Conforme Instruções Normativas TCEMG IN nº 03, de 25 de novembro de 2015, IN nº 04, de 09 de dezembro de 2015 e incisos II e III da IN 03/2016, procedeu-se a análise do cumprimento dos prazos de encaminhamento das informações para prestação de contas, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM, por parte dos órgãos jurisdicionados do Município de Contagem cadastrados no Tribunal de Contas de Minas Gerais.

A referida instrução estabelece o prazo para envio da remessa de Instrumentos de Planejamento até o dia 31 de janeiro do exercício que se referir a LOA, assim como prazo para envio das informações mensais referentes à execução orçamentária e financeira que deverão ser enviadas ao Tribunal por meio do Portal do SICOM, até o último dia do mês subsequente ao mês de referência.

A análise baseou-se nos recibos de confirmação de entrega enviados pelo SICOM assim que são validados os dados das respectivas remessas de prestação de contas referente aos módulos de Instrumentos de Planejamento, Inclusão de Programas, Acompanhamento Mensal, Legislação de Caráter Financeiro, Balancete, Folha de Pagamento e Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Considerando-se os prazos legalmente previstos, assim como as prorrogações de prazos estabelecidas pela Corte de Contas, conclui-se que todos os órgãos atenderam à tempestividade no envio das remessas dos módulos.



O município tem buscado a adaptação à metodologia de prestação de contas do SICOM, considerando os leiautes referentes aos módulos exigidos e as versões atualizadas destes disponibilizadas pelo TCE/MG. Ainda, buscando melhorar os processos internos normatizou os procedimentos de envio dos arquivos por meio do Decreto Municipal n. 888/2016 publicado em 27 de abril de 2016.

A Controladoria-Geral do Município realiza palestras sobre o SICOM e trabalhos de auditorias com vistas à melhoria dos processos e procedimentos internos para adequação às exigências das prestações de contas por meio do Portal SICOM, tendo realizado diversos produtos de auditoria no exercício e apresentados por meio das Notas Técnicas de números 1021.0021.17 de 17/04/2017; 1021.0033.17 de 12/05/2017; 1021.0035.17 de 16/05/2017; 1021.0042.17 de 30/05/2017; 1021.0058.17 de 19/06/2017; 1021.0065.17 de 14/07/2017; 1071.0076.17 de 14/08/2017; 1021.0100.17 de 05/10/2017; 1021.0105.17 de 16/10/2017; 1021.0121.17 de 23/11/2017 e 1021.0132.17 de 28/12/2017, considerando as dificuldades da tecnologia de informação, a elevada dependência do Município para com o fornecedor de sistema de informações públicas e inconsistências observadas na geração dos dados. Os trabalhos foram devidamente encaminhados aos gestores municipais, recomendando as medidas a serem adotadas para a adaptação do município ao SICOM.

4.11. Do Regime Próprio de Previdência

O Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – PREVICON foi criado pela Lei nº 3.608/2002, nos termos do art. 71 da Lei nº 4.320/1964, com a finalidade de prover recursos necessários para garantir o pagamento dos benefícios dos servidores públicos efetivos, ativos e inativos, e seus dependentes. Sua estrutura, organização e funcionamento são estabelecidos pela Lei Complementar nº 005/2005, com alterações posteriores, e compõe a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Administração.

O Município de Contagem optou pela segregação de massa dos segurados do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS como medida prevista para equalização do déficit



financeiro e atuarial, estabelecida pela Lei Complementar n° 062/2009, sendo que a gestão previdenciária passou a ser instrumentalizada por dois fundos: FINPREVI – Fundo Financeiro e CONPREVI – Fundo Previdenciário.

- Fundo Financeiro: sistema estruturado pelas contribuições a serem pagas pelo Município de Contagem, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados, fixadas sem objetivo de acumulação de recursos, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente e na hipótese de haver insuficiência de recursos o Município de Contagem realizará aportes (art.4°);
- Fundo Previdenciário: estruturado pelas contribuições a serem pagas pelo Município de Contagem, pelos servidores ativos e inativos e pelos pensionistas vinculados, sendo fixadas com a finalidade de acumulação de recursos para pagamento dos compromissos definidos no plano de benefícios do RPPS, sendo o seu plano de custeio calculado atuarialmente. O Fundo Previdenciário será estruturado em regime financeiro de capitalização (art.7°).

4.11.1. O montante inscrito em restos a pagar, referente às contribuições previdenciárias

O valor total inscrito em Restos a Pagar correspondente às contribuições previdenciárias do Município para com o Fundo de Previdência para o exercício de 2017 foi da ordem de **R\$ 831.762,88**, enquanto que para com o Instituto Nacional da Seguridade Social para o exercício de 2017 foi de **R\$ 2.230.772,65**, e para as demais instituições previdenciárias, foram apuradas às contribuições em **R\$ 24.314,71**, **conforme demonstrado no Quadro XVI.**



Quadro XVI Restos a Pagar – Contribuições Previdenciárias 2017

Órgão	Previcon	INSS	Outros	
Prefeitura Municipal	590.296,00	1.037.504,52	22.354,49	
Fundação de Assistência Médica Urgência Contagem – FAMUC		1.094.055,30	715,52	
Fundação de Ensino de Contagem – FUNEC	238.204,43	52.645,12		
Fundação de Parques e Áreas Verdes de Contagem – CONPARQ	3.262,45	18.408,09		
Fundação Cultural de Contagem – FUNDAC			1.244,70	
Centro Industrial de Contagem – CINCO		11.825,52		
Instituto Planejamento Urbano Município Contagem – IPUCON		16.334,10		
TOTAL	831.762,88	2.230.772,65	24.314,71	

Fonte: SAFCI - Posição de Empenho por Período 2017 (Natureza de despesas - Obrigação Patronal 31911300 - 31901300)

4.11.2. O detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao regime próprio de previdência

A composição de despesas pagas a títulos de obrigações patronais ao INSS e ao Fundo de Previdência, bem como o valor repassado a outros Fundos de Previdência, encontra-se demonstrada no **Quadro XVII**.

Quadro XVII Demonstrativo das despesas a título de obrigações patronais

Órgão	Fundo Previdência	INSS	Outros Institutos
Prefeitura Municipal de Contagem (PMC)	45.334.152,01	10.000.495,16	173.545,42
Fundação Assistência Médica Urgência Contagem (FAMUC)	23.998.093,40	9.993.521,40	3.855,91
Fundação de Ensino de Contagem (FUNEC)	3.069.811,27	520.267,86	
Fundação Parques Áreas Verdes Contagem (CONPARQ)	40.000,66	219.628,91	949,22
Fundação Cultural de Contagem (FUNDAC)		193.260,56	4.830,64
Fundo Previdência Servidor Contagem (PREVICON)	85.626,35	49.795,79	12.019,90
Centro Industrial de Contagem (CINCO)		132.451,35	
Autarquia Municipal Trânsito de Contagem (TRANSCON)	949.558,06	330.774,18	21.403,46
Câmara Municipal de Contagem (CMC)	687.774,10	5.283.914,00	
Instituto Planejamento Urbano Município Contagem (IPUCON)		169.171,78	
TOTAL	74.165.015,85	26.893.280,99	216.604,55

Fonte: SAFCI – Posição de Empenhos por Período – 2017 (31911300 – Previcon / 31901300 INSS e Outros) / Relatório enviado pela Câmara.



4.11.3. Os procedimentos adotados quando da renegociação da dívida com o regime próprio de previdência, se houver, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas

Não houve renegociação de dívida da Administração Direta, Indireta e Legislativo, com o Fundo de Previdência no exercício de 2017.

4.11.4. Informações sobre se os registros da dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, especialmente no que diz respeito a "Restos a Pagar", "Dívida Ativa", "Contribuições a Receber" e "Empréstimos"

Com relação aos valores referentes aos créditos a receber das contribuições previdenciárias relativos à folha de pagamento do exercício de 2017 estão dispostos no **Quadro XVIII**.

Quadro XVIII - Contribuições a Receber - 2017

Unidades	Total de Contribuições Previdenciárias (Segurado e Patronal)
Prefeitura Municipal de Contagem	590.296.00
FAMUC	922.325.89
FUNEC	357.304.84
ConParq	4.893,66
Total	1.874.820,39

Fonte: Ofício Previcon - UG-RPPS/Ofício/nº 049/2018

Não há inscrição em dívida ativa de natureza previdenciária e não há registro de empréstimos.



4.11.5. Dos Aportes Financeiros Realizados no Exercício de 2017

O parágrafo único do art. 4º da Lei Complementar 062/09 determina que "na hipótese de haver alguma insuficiência de recursos, o Município de Contagem realizará aportes". Dessa forma, no exercício de 2017, foram realizados aportes ao Fundo Financeiro no valor total de **R\$ 15.764.100,00**.

Ainda, foram recebidos do Tesouro Municipal, aportes periódicos para amortização do déficit atuarial do Fundo Previdenciário – CONPREVI, na ordem de **R\$ 13.397.894,40**, em atendimento ao disposto no Inciso I, do Artigo 5° da Lei Complementar n° 206/2016.

4.11.6. Do Cálculo Atuarial Atual

O artigo 1º da Lei Federal nº 9.717/1998 e o artigo 2º da Portaria nº 43/2008 do Ministério da Previdência Social determinam avaliação atuarial em cada exercício financeiro, no intento de organizar e revisar o plano de custeio e benefícios. Essa avaliação atuarial é importante para a manutenção da saúde financeira do regime de previdência, ao longo do tempo, preservando seu patrimônio.

O relatório de cálculo atuarial elaborado pela empresa RTM & Consultores Associados - Assessoria e Consultoria Previdenciária Ltda. –ME, realizado em 2017, tendo como signatário o atuário Thiago Fernandes– Membro do Instituto Brasileiro de Atuária – MIBA Nº 100.002, que demonstra déficit para o Plano Financeiro de R\$ 7.727.840.427. O Fundo Financeiro caracteriza-se por um grupo em extinção. Este grupo é estruturado no Regime Financeiro de Repartição Simples, onde as contribuições dos atuais servidores em atividade financiarão os benefícios porventura concedidos. Quando as despesas previdenciárias deste grupo forem superiores à arrecadação das suas contribuições, o tesouro do Município assumirá a integralidade da folha líquida de benefícios. Por sua vez, o Fundo Previdenciário apesentou um Superávit Técnico Atuarial no valor de R\$ 10.970.687,32, sendo este valor alocado na conta "Ajuste de Resultado Atuarial".



4.12. Atuação da Controladoria Geral do Município

A Controladoria-Geral do Município, no cumprimento de sua missão precípua de zelar para que a gestão orçamentária, financeira, contábil e patrimonial da despesa e da receita pública ocorra segundo os princípios constitucionais, administrativos, da transparência e de responsabilidade fiscal, realiza trabalhos de auditorias em diversos setores da Administração Direta e Indireta do Município, sendo que as inconformidades verificadas são devidamente comunicadas aos dirigentes com recomendações para as providências cabíveis.

A realização dos trabalhos foi aprovada pelo Plano Anual de Auditoria – PAA 2017, elaborado nos termos da Resolução CGM nº 001/2017 publicada no DOC – Edição 4078 – 30/03/2017 – página 01, alterado pela Resolução CGM nº 002/2017 publicada no DOC – Edição 4195 – 25/09/2017 – página 01.

Todas as ações foram coordenadas e supervisionadas pela Auditoria-Geral do Município, nos termos das atribuições e competências estabelecidas na Lei Complementar nº 210/2016.

Segundo o art. 24, da Lei Complementar n° 210/2016, que estabelece a avaliação de efetividade sobre os relatórios de auditoria, na qual estipula o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento do relatório, para que o gestor de ciência à Controladoria-Geral quanto às providências adotadas e os resultados alcançados no cumprimento das recomendações expressas nos relatórios e produtos de auditoria.

Os trabalhos realizados através da Auditoria-Geral do Município – AGM ao longo do exercício de 2017 foram consubstanciados em produtos de auditoria, conforme apresentados no **Quadro XIX**.



Quadro XIX Relação dos Produtos de Auditoria Emitidos — CGM/2017

PRODUTO DE AUDITORIA	QUANTIDADE
CERTIFICADO DE AUDITORIA	31
NOTA TÉCNICA/DILIGÊNCIAS	43
RELATÓRIO DE AUDITORIA	33
RELATÓRIO DE EFETIVIDADE	10
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO	10
INSPEÇÃO IN LOCO	0
ORIENTAÇÃO TÉCNICA	5
CARTA DE RECOMENDAÇÃO	0
TOTAL	132

Fonte: Auditoria-Geral do Município

Em face da análise das auditorias realizadas no ano-exercício pela Auditoria-Geral do Município, o **ANEXO III** – **Produtos de Auditorias Realizados (2017)** apresenta a relação de relatórios emitidos/entregues no exercício, cuja efetividade das recomendações foi analisada, conforme podemos observar no **Quadro XX**.

Quadro XX Relatório Sintético do Status das Recomendações de Auditoria — 2017

Status das Recomendações de Auditoria	Quantidade	%
Em Implementação	21	20
Não Implementada – por ausência de providências ou com medidas em	54	51
Implementada – de acordo com o documento de auditoria ou por meio de	15	14
Parcialmente Implementada	15	14
Total	105	100

Fonte: Auditoria-Geral do Município

4.13. Sindicâncias, inquéritos, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas instauradas

Com relação aos inquéritos, sindicâncias, processos administrativos disciplinares e tomadas de contas instauradas o ANEXO II — Quadro de Sindicâncias, Inquéritos, Processos Administrativos e Tomadas de Contas na Administração Direta e Indireta



do Município de Contagem – com informações prestadas pela Corregedoria Geral do Município, em Ofício OF. CGM – 007/2018, e relaciona todos os procedimentos instaurados pelo Município no exercício.

5. PARECER CONCLUSIVO

O presente Parecer Conclusivo visa atender à disposição contida os termos do Anexo I, da Instrução Normativa nº 04/2017, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais - TCE/MG, no que tange à fiscalização do cumprimento dos programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, assim como quanto à observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal.

Com relação à análise do resultado orçamentário, verificou-se que o Município obteve um déficit de R\$ 40.461.879, embora o impacto negativo no orçamento esteja relacionado à diminuição dos repasses das transferências estaduais e federais no exercício de 2017.

No que tange à destinação originária da alienação de bens ativos, o Município atende a Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à preservação do patrimônio público.

Não obstante das providências administrativas, constata-se que Município ainda não detém de forma eficaz e eficiente o controle sobre o seu acervo patrimonial. Nesse aspecto é relevante salientar que o inventário da administração direta não é realizado de forma consistente, no que diz respeito a verificação física dos materiais permanentes. E



no que concerne a administração indireta, há divergências que carecem de providências da gestão para saná-las.

Quanto às conclusões no que diz respeito às esferas financeiras e patrimoniais, o resultado financeiro positivo na ordem de R\$ 48.399.338 é um indicador que demonstra equilíbrio financeiro e quanto à liquidez e endividamento, o Município demonstra uma situação favorável. Constatou-se ainda uma suficiência financeira de R\$ 236.237.905, quando se contrapõe as disponibilidades financeiras com os valores inscritos em restos a pagar.

Contagem também atendeu a Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante ao mínimo referente aos gastos com pessoal e superou os mínimos constitucionais, em relação à educação e saúde.

Em relação ao Fundo de Previdência Próprio, o apontamento relevante fica a cargo dos aportes do tesouro do Município na ordem de R\$ 15.764.100 ao Fundo Financeiro e de R\$ 13.397.894 ao Fundo Previdenciário, para amortização do déficit atuarial, dentro do exercício de 2017.

A Controladoria-Geral do Município realiza acompanhamentos por meio de produtos periódicos de auditoria e treinamentos referentes ao Sistema Informatizado de Contas dos Municípios - SICOM. E com relação a adimplência com TCE/MG, conclui-se que todos os órgãos e entidades atenderam com tempestividade ao envio das remessa ao SICOM.



A Auditoria-Geral do Município atua orientada pelo Plano Anual de Auditoria – PAA 2017, que tem como resultado diversos produtos de auditoria, pautados em amostras de acordo com uma matriz de risco que leva em conta fatores relevantes, permitindo acompanhar o executivo municipal.

A responsabilidade da Controladoria Geral do Município é a de expressar manifestação sobre a regularidade das contas do administrador público, relativa aos seus atos de gestão e à execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município. As considerações desta Controladoria Geral estão consubstanciadas ao longo deste relatório, não comprometendo no todo e em aspectos relevantes, o cumprimento dos instrumentos de orçamentários.

Palácio do Registro, em Contagem, 20 de março de 2018.

Lúcto Emílio Cardoso Paixão Assessor de Controle Interno

André Virgílio da Costa Hilário Auditor Geral Vânia Marcia de Assis
Diretora de Auditoria de Desempenho

Weber Dias Oliveira Controlador Geral do Município



ANEXO I Principais Realizações PPA 2014-2017 Exercício — 2017

			Exercicio –	2017			
ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Gabinete do Prefeito	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	99
Manutenção e Gestão Institucional	Gabinete do Prefeito	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Gabinete do Prefeito	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas Sociais	Gabinete do Prefeito	Fomento a Cultura e Proteção ao Patrimônio Cultural	Fomentar a cultura e proteção do patrimônio cultural do município	Acesso à cultura e proteção do patrimônio garantidos	Atividade	13	23
Manutenção e Gestão Institucional	Gabinete do Prefeito	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas e Temas especiais	Gabinete do Prefeito	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da FUNDAC	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Gabinete do Prefeito	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Gabinete do Prefeito	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	61,73%
Manutenção e Gestão Institucional	Gabinete do Prefeito	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas Sociais	Gabinete do Prefeito	Difusão e Gestão Cultural	Executar as ações do Fundo Municipal de Incentivo à Cultura	Ações do Fundo aprovadas	Projeto	20	50
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Gabinete do Prefeito	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Elaborar Projetos e Executar Obras de Preservação do Patrimônio e da Memória	Projetos e Obras Executados	Unidade	2	1
Políticas Sociais	Gabinete do Prefeito	Preservação do Patrimônio Histórico e da Memória	Desenvolver ações de Preservação do Patrimônio e da Memória.	Patrimônio e Memória preservados	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Governo	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Governo	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Governo	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Obrigações Especiais	Realizar pagamentos de precatórios e Requerimento de Pequeno Valor (RPV's)	Precatórios pagos	Percentual	100	37
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Políticas e Temas especiais	Procuradoria Geral do Município	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da PGM	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	100



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e contribuições pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Obrigações Especiais	Executar as atividades administrativas e financeiras necessárias à extinção da companhia	Atividades administrativas e financeiras executadas.	Processo	1	1
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Obrigações Especiais	Executar as atividades administrativas e financeiras necessárias à extinção da CUCO	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Procuradoria Geral do Município	Obrigações Especiais	Controlar e administrar o pagamento da dívida pública	Pagamento da dívida pública administrado e controlado.	Processo	1	1
Manutenção e Gestão Institucional	Controladoria Geral do Município	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	53
Manutenção e Gestão Institucional	Controladoria Geral do Município	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal Salários, benefícios e encargos pagos	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Controladoria Geral do Município	Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Articulação Governamental	Modernizar a infraestrutura física e lógica da controladoria	Infraestrutura física e lógica modernizada.	Percentual	100	0%
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Comunicação e Transparência	Comunicação, publicidade, eventos e transparência	Executar as ações de comunicação e publicidade institucional	Ações da Administração Pública divulgadas	Percentual	100	84



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Comunicação e Transparência	Comunicação, publicidade, eventos e transparência	Promover e apoiar eventos institucionais	Eventos promovidos e apoiados	Evento	8	4
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Comunicação e Transparência	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Comunicação e Transparência	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Administração	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da SEAD	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Administração	Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Articulação Governamental	Modernizar a infraestrutura Municipal - PMAT	Infraestrutura municipal modernizada	Percentual	40	0
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as Ações para o funcionamento e melhorias da Gestão, gerenciando processos de Compras e Licitações, o Patrimônio Público Municipal e os Serviços de Utilidade Pública	Ações desenvolvidas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Gestão da Folha de Pessoal	Administrar e controlar a execução da Folha de Pessoal dos órgãos municipais	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Gestão Previdenciária	Gerir o regime próprio da previdência municipal	Sistema Previdenciário gerido	Fundo	1	0,31



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Gestão Previdenciária	Gerir os recursos financeiros do Fundo Financeiro	Recursos do Fundo Financeiro gerido	Percentual	100	112%
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Gestão Previdenciária	Gerir os recursos do Fundo Previdenciário.	Fundo gerido	Percentual	100	89%
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Administração	Reserva de Contingência	Gerir a reserva técnica do RPPS	reserva técnica gerida	Recurso	1	1,13
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Fazenda	Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Articulação Governamental	Modernizar a Administração Tributária e setores sociais básicos PMAT	Administração tributária modernizada	Percentual	40	7
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Fazenda	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Fazenda	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Fazenda	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da SEFAZ	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Fazenda	Mobilidade Urbana e Acessibilidade	Aportar recursos em empresas que o município possui ações subscritas.	Aportes de recursos efetuados	Aporte Financeiro	1	1
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Fazenda	Obrigações Especiais	Administrar a dívida e encargos especiais	Pagamento das dívidas e encargos	Percentual	100	100



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Cidade Digital	Modernizar infraestrutura de TI - PMAT	Infraestrutura de TI modernizada	Percentual	40	20
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Cidade Digital	Executar as ações do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, Comunicação e Geo Contagem	Ações do plano executadas	Percentual	100	10
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão	Reserva de Contingência	Administrar recursos orçamentários da Reserva de Contingência	Reserva de Contingência Administrativa	Recurso	1	1
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Gestão Administrativa Institucional	Executar as Ações de apoio à gestão dos Conselhos Tutelares do Município	Conselhos Tutelares apoiados	CONSELH O	6	7
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Gestão Administrativa Institucional	Ampliação e manutenção da Rede de Assistência Social e Alimentar de Contagem	Rede ampliada e mantida	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Assistência e Proteção Social, Inclusão Solidária e acesso à moradia digna	EXECUTAR AS AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL NO MUNICÍPIO	AÇÕES DE PROTEÇÃO SOCIAL EXECUTADAS	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Assistência e Proteção Social, Inclusão Solidária e acesso à moradia digna	EXECUTAR AS AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA NO MUNICÍPIO	AÇÕES DE INCLUSÃO PRODUTIVA EXECUTADAS	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Assistência e Proteção Social, Inclusão Solidária e acesso à moradia digna	Apoiar as Ações de Proteção à Criança e ao Adolescente	Crianças e adolescentes atendidas	Criança/ado lescente	3.600	3.600
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Assistência e Proteção Social, Inclusão Solidária e acesso à moradia digna	EXECUTAR AS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR NO MUNICÍPIO	AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR EXECUTADAS	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Assistência e Proteção Social, Inclusão Solidária e Acesso à Moradia Digna	Manter Restaurantes Populares	Restaurantes Populares mantidos	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Implantar empreendimentos para atender as famílias vulneráveis socioeconomicamente	Empreendiment os implantados	Empreendi mento	5	3,5



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Assistência e Proteção Social, Inclusão Solidária e acesso à moradia digna	Pagar indenizações, Bolsa Moradia e desenvolvimento trabalho técnico social.	Pagamentos realizados	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Assistência e Proteção Social, Inclusão Solidária e acesso à moradia digna	Executar a Regularização Fundiária em AIS	Entrega do título de propriedade	Título	5.000	1.339
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	50
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Cidade Digital	Modernizar os Serviços de Atividade Urbana, Licenciamento e Emissão de Documentos	Serviços de Atividades Urbanas, Licenciamento e Emissão de Documentos Modernizados	Percentual	100	0
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Planejamento, Regulação e Fiscalização Urbana	Gestão das ações de fiscalização e regulação urbana em Contagem	Ações gerenciadas	Ação	50	25
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Articulação Governamental	Implantar sistema de regulação urbana.	Sistema implantado.	Percentual	100	0



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Órgão	1	3,5
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Urbano	Planejamento, Regulação e Fiscalização Urbana	Elaborar planos de Desenvolvimento Urbano e Projetos de Engenharia e Arquitetura	Planos e Projetos Elaborados	Percentual	100	0
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Educação	Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Articulação Governamental	Implementar e executar parceria público-privada de ações não pedagógicas na rede municipal de educação.	Parceria público-privada implementada e executada	Percentual	100	0
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Alimentação Escolar	Fornecer alimentação escolar adequada para os alunos das creches	Alimentação escolar balanceada	Aluno	3.200	3.564
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Alimentação Escolar	Oferecer alimentação escolar adequada atendendo as exigências do FNDE aos alunos da pré- escola	Alimentação escolar balanceada	Aluno	7.800	9.241
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Alimentação Escolar	Oferecer alimentação escolar adequada atendendo as exigências do FNDE aos alunos do Ensino Fundamental	Alimentação escolar balanceada assegurada	Aluno	44.000	39.826



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Alimentação Escolar	Oferecer alimentação escolar adequada atendendo as exigências do FNDE aos alunos da EJA - Educação de Jovens e Adultos	Alimentação escolar balanceada assegurada	Aluno	4.200	2.776
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	Apoiar financeiramente e assistir pedagogicamente a educação infantil desenvolvida por creches e entidades equivalentes conveniadas	Crianças de 0-3 anos assistidas	Aluno	3.200	3.564
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	Desenvolver as atividades e ações pedagógicas e administrativas para garantir o funcionamento e a qualidade do ensino da Pré-Escola	Crianças de 4-5 anos assistidas	Aluno	7.800	9.241
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	Desenvolver as atividades e ações pedagógicas e administrativas para garantir o funcionamento e a qualidade do Ensino Fundamental	Estudantes de 6- 14 anos assistidos	Aluno	44.000	39.826
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Educacional e Qualidade do Ensino	Desenvolver as atividades e ações pedagógicas e administrativas para garantir o funcionamento e a qualidade do Ensino de Jovens e Adultos - EJA	Estudantes acima de 15 anos assistidos	Aluno	4.200	2.776
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Educação Social e Inclusiva	Desenvolver projetos pedagógicos inclusivos para garantir a qualidade das atividades e ações relacionadas a Educação Especial	Número de alunos com deficiência incluídos	Aluno	1.080	1.320
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal do atendimento ao Ensino Infantil - Pré-Escola	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal do atendimento ao Ensino Fundamental	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal do atendimento à Educação Especial	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão	Secretaria Municipal de	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e	Pagamento	13	13



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Institucional	Educação		referente às ações da Educação	encargos pagos			
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Educação	Cidade Digital	Adquirir, Manter e dar suporte ao Serviço de Informática Municipal	Serviço de Informática Mantidos	Percentual	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições da FUNEC	Ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	39,13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	78,99
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Educação	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da FUNEC	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	0
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Gestão do Sistema Municipal de Ensino de Contagem	Realizar cursos de capacitação para servidores (Escola de Governo) e lideranças (Escola da Cidadania)	Ações desenvolvidas	Percentual	100	0
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Obrigações Especiais	Realizar pagamentos da dívida pública da FUNEC	Divida parcelada	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Obrigações Especiais	Indenizar beneficiários de decisões administrativas ou judiciais em processos movidos contra a FUNEC	Atividades desenvolvidas	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Gestão do Sistema Municipal de Ensino de Contagem	Ampliar e ofertar vagas em cursos de qualificação Profissional	Vagas ampliadas e ofertadas	Unidade	800	80
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Educação	Gestão do Sistema Municipal de Ensino de Contagem	Manter a oferta do ensino médio regular e técnico	Oferta mantida	Aluno	1.500	1.090
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Educação	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal da FUNEC	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Saúde	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Saúde	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da SMS	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Saúde	Organização e qualificação da gestão e da atenção à saúde	Ampliar o acesso da população às ações e serviços de saúde, com redução das desigualdades entre distritos sanitários, aperfeiçoamento da qualidade da atenção e inclusão de grupos vulneráveis	Atividades voltadas para o crescimento da qualificação da oferta de serviços assistenciais disponibilizados à população (Atividades previstas no Plano Municipal de Saúde/71)	Percentual	80	80
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Saúde	Organização e qualificação da gestão e da atenção à saúde	Fortalecer a atenção integral ao usuário, segundo a lógica das redes integradas de saúde	Linhas de cuidado integral em saúde propostas para o município (Atividades previstas no Plano Municipal de Saúde / 25 atividades)	Percentual	80	80
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Saúde	Organização e qualificação da gestão e da atenção à saúde	Aprimorar da capacidade gestora do SUS e da qualificação dos seus quadros de servidores	Melhoria do processo de gestão e desenvolviment o de recursos humanos (Atividades previstas no Plano Municipal de Saúde / 57 atividades)	Percentual	80	80
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Saúde	Organização e qualificação da gestão e da atenção à saúde	Fortalecer a participação da comunidade e do controle social	Interface com o controle social e suas propostas para a saúde (Atividades previstas no Plano Municipal de Saúde / 17 atividades)	Percentual	80	80
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Saúde	Organização e qualificação da gestão e da atenção à saúde	Ampliar e qualificar a integração com as demais políticas setoriais do município que tenham interação com os determinantes e condição de saúde.	Abordagem multisetorial da saúde, integrando as políticas afins de outros setores (Atividades previstas no Plano Municipal de Saúde / 12 atividades)	Percentual	80	80



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Saúde	Gestão da Folha de Pessoal	Desenvolver as Ações da Gestão das Despesas com Pessoal vinculados à Secretaria Municipal de Saúde	Salários, Contribuições e Benefícios pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Saúde	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Saúde	Obrigações Especiais	Administrar e controlar o pagamento da sentenças judiciais e da dívida interna da FAMUC	Demandas judiciais cumpridas e Dívida administrada controlada	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Saúde	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal na FAMUC	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Econômico	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da SEDECON	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Econômico	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Econômico	Planejamento, Regulação e Fiscalização Urbana	Gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento Econômico	Atividades desenvolvidas	Atividade	4	5
Políticas de Desenvolviment o Produtivo e Sustentabilidade	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Econômico	Desenvolvimento Produtivo Sustentável	Potencializar o programa Contagem PRO-ISO	Empreendedores beneficiados	Unidade	150	42
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Econômico	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Econômico	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Econômico	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Articulação Governamental	Desenvolver ações para implementar e executar, Parceria Público - Privada no Município	Parceria Público -Privada Implementada e executada	Percentual	100	0
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Executar obras de mobilidade urbana e acessibilidade	Obras entregues	Obra	6	4
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Saneamento e Meio Ambiente	Desenvolver ações de Saneamento no Município	Saneamento Municipal desenvolvido	Percentual	100	0



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	TRANSCON - Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições da TRANSCON	Ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	TRANSCON - Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	TRANSCON - Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem	Obrigações Especiais	Controlar e administrar a dívida fundada da TRANSCON	Dívida controlada e administrada	Dívida	1	1
Políticas e Temas especiais	TRANSCON - Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da TRANSCON	Manutenção realizada	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	TRANSCON - Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Intervenções de melhorias viárias, trânsito e de sinalização	Intervenções realizadas	Percentual	30	30
Políticas de Desenvolviment o Urbano	TRANSCON - Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem	Planejamento e Gestão do Sistema de Trânsito e Transporte de Contagem	Manutenção da operação, fiscalização, fluidez e acessibilidade do sistema viário e de Transporte Coletivo	Manutenção realizada	Percentual	20	20
Manutenção e Gestão Institucional	TRANSCON - Autarquia Municipal de Trânsito e Transporte de Contagem	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal da TRANSCON	Salários, benefícios e contribuições pagos	Pagamento	13	13



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Defesa Social	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da SEDS	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	83
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Defesa Social	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Defesa Social	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do Órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Defesa Social	Defesa Social, Prevenção à Violência e Defesa Civil	Manutenção das ações da Guarda Municipal e Defesa Civil	Ações da Guarda e Defesa Civil realizadas	Unidade	600	600
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Defesa Social	Defesa Social, Prevenção à Violência e Defesa Civil	Ações de prevenção à violência, uso de álcool e drogas e Segurança Cidadã	Ações realizadas	Ação	4	3
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Defesa Social	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal da Secretaria	Salários, benefício e encargos pagos	Pagamento	13	13
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas e Temas especiais	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Aperfeiçoamento da Gestão Pública e Articulação Governamental	Promover e incentivar o funcionamento e as atividades dos Conselhos Municipais vinculados à Secretaria Municipal de Direitos e Cidadania	Conselhos ativos	Atividade	30	18
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Promoção dos Direitos Humanos, Juventude e Participação Popular	Promover ações de direito do consumidor e conscientização para o consumo	Eventos promovidos	Evento	40	9



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Promoção dos Direitos Humanos, Juventude e Participação Popular	Promover os Direitos Humanos: igualdade de gênero e racial, enfrentamento à violência contra a mulher e LGBTI- fobia; e garantir políticas para a juventude e participação popular	Pessoas alcançadas pelas ações, eventos e campanhas promovidos	Pessoa	100.000	75.000
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania	Promoção dos Direitos Humanos, Juventude e Participação Popular	Apoiar as atividades e ações do Consórcio Público Mulheres das Gerais	Consórcio Público apoiado	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Ações executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do Órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal da Secretaria	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas de Desenvolviment o Produtivo e Sustentabilidade	Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	Geração de Trabalho, Emprego e Renda	Realizar qualificação profissional, inserção no mercado de trabalho e Economia Solidária	Trabalhador qualificado e inserido	Pessoas	3.717	3.970



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas de Desenvolviment o Produtivo e Sustentabilidade	Secretaria Municipal de Trabalho e Geração de Renda	Geração de Trabalho, Emprego e Renda	Realizar atendimento especializado ao trabalhador (SINE)	Trabalhadores atendidos	Pessoa	49.111	82.253
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Construir, reformar e adaptar a infraestrutura esportiva	Espaços esportivos adaptados e construídos	Espaço público	16	3
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Promoção, Fomento e Apoio ao Esporte e Lazer	Promover o financiamento dos eventos referentes ao esporte de participação, lazer, alto rendimento e adaptado	Eventos esportivos de alto rendimento e adaptado financiados	Evento	2	6
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Promoção, Fomento e Apoio ao Esporte e Lazer	Promover e apoiar atividades esportivas, de lazer, educacional e adaptado nos espaços coletivos.	Atividades promovidas e apoiadas	Evento	20	24
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e contribuições pagos	Pagamento	13	13
Políticas Sociais	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude	Promoção, Fomento e Apoio ao Esporte e Lazer	Promover e apoiar as atividades esportivas no Município	Atletas do município apoiados por meio do bolsa atleta	Unidade	20	0
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Gestão Administrativa Institucional	Executar as ações da gestão das despesas com aluguéis	Controle de gestão de contratos de aluguel executados	Percentual	100	100



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com as ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13
Políticas de Desenvolviment o Produtivo e Sustentabilidade	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Meio ambiente e sustentabilidade	Desenvolver ações de controle, fiscalização, e avaliação das políticas de Meio Ambiente	Ações de controle, fiscalização e avaliação realizadas	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade	Manutenção e Conservação da Cidade	Melhorar e ampliar os Serviços de Coleta Seletiva do Município	Coleta Seletiva Realizada	Percentual	100	80
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria M. da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Atenção ao Idoso	Gestão Administrativa Institucional	Desenvolver as ações administrativas e financeiras necessárias para implementar as atribuições do órgão	Órgão com ações administrativas e financeiras executadas	Percentual	100	100
Políticas Sociais	Secretaria M. da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Atenção ao Idoso	Políticas Integradas para Idoso e Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	Oferecer transporte seguro e eficiente para os usuários com deficiência	Usuários do Programa Sem Limite atendidos	Pessoa	200	260
Manutenção e Gestão Institucional	Secretaria M. da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Atenção ao Idoso	Gestão da Folha de Pessoal	Executar as ações da gestão das despesas com pessoal	Salários, benefícios e encargos pagos	Pagamento	13	13



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas Sociais	Secretaria M. da Pessoa com Deficiência, Mobilidade Reduzida e Atenção ao Idoso	Políticas Integradas para Idoso e Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	Promover e executar ações da política pública para a pessoa idosa por meio das entidades conveniadas	Ações da política pública para pessoa idosa promovidas e executadas	Ação	6	6
Políticas Sociais	Secretaria M. da Pessoa com Deficiência, Mob. Reduzida e Atenção ao Idoso	Políticas Integradas para Idoso e Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida	Manter as atividades dos núcleos do Programa Vida Saudável para a prática esportiva, recreativa e de lazer.	Vagas para pessoas idosas preenchidas	Vaga	20	9
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Construir e reformar equipamentos da Assistência Social	Equipamentos construidos e reformados	Unidade	6	0
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Construir e reformar equipamentos de Segurança Alimentar e Nutricional	Equipamentos construidos e reformados	Unidade	1	1
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Educação	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Ampliar a infraestrutura física da Rede Municipal de Educação	Unidades construídas	Unidade	12	9
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Saúde	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Construir, reformar e ampliar equipamentos da Rede Municipal de Saúde	Unidades construídas, reformadas e ampliadas	Unidade	8	8
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Gabinete do Prefeito	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Constuir Centros de Esporte Unificado - CEUs	CEUs construídos	Unidade	2	0
Políticas e Temas especiais	Gabinete do Prefeito	Cidade Digital	Manutenção e investimentos em infraestrutura e sistemas de TI da CONPARQ	Infraestrutura e sistemas de TI mantidos	Percentual	100	0
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Gabinete do Prefeito		Executar Ações de Arborização, Revitalização e Manutenção de Praças, Jardins, Canteiros Centrais, Parques	públicos	Percentual	100	45,81%



ÁREA	UNIDADE	PROGRAMA	Ação	Produto	Unidade Medida	Meta Prevista exercício	Realizada
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Desenvolviment o Social e Habitação	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Recuperar e estabilizar áreas de risco	Áreas de Risco recuperadas e/ou estabilizadas	Unidade	23	1
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Manutenção e Conservação da Cidade	Desenvolver ações de limpeza urbana no Município	Serviços de limpeza urbana executados	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Manutenção e Conservação da Cidade	Desenvolver ações de manutenção do sistema viário e iluminação pública no Município	Serviços de manutenção executados	Percentual	100	100
Políticas de Desenvolviment o Urbano	Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos	Execução de Obras, Fiscalização e Monitoramento	Executar obras de infraestrutura e pavimentação	Obras entregues	Obra	6	4

Fonte: Ofício GAB/SEPLAN nº 050/2018- Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão.



ANEXO II

Quadro de Sindicâncias, Inquéritos, Processos Administrativos e Tomadas de Contas na Administração Direta e Indireta do Município de Contagem

			Contager	П	
		A	ADMINISTRAÇÃO DIRI	ETA	
Nº	PROCESSO	SERVIDOR	ASSUNTO	PORTARIA	SITUAÇÃO ATUAL/PENALIDADE
1	PAD 02/039/17	ANA CRISTINA FERREIRA FERRAZ	Inassiduidade habitual	Portaria 135/17 de 06/12/2017	Em andamento
2	PAD 02/006/17	LORRANA DE JESUS SILVA	Abandono de cargo	Portaria 029/2017 de 07/03/2017	Demissão
3	PAD 02/002/17	ADEMAIR VAZ DE OLIVEIRA	Não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo	Portaria 002/2017 de 16/01/2017	Suspensão de 05 dias convertida em multa na base de 50%
4	PAD 02/015/17	NEWTON VIEIRA RIBEIRO	Furto	Portaria 039/2017 de 22/03/2017	Absolvido
5	PAD 02/013/17	ADEMIR JOSÉ DOS SANTOS	Ilícitos funcionais	Portaria 037/2017 de 23/03/2017	Absolvido
6	PAD 02/020/17	LUSMAR BRASILEIRO RODRIGUES	Não observar as normas legais e regulamentares	Portaria 044/2017 de 29/03/2017	Advertência
7	PAD 02/014/17	ADEMIR VAZ DE OLIVEIRA	Não observar as normas legais e regulamentares	Portaria 038/2017 de 23/03/2017	Suspensão de 07 dias convertida em multa na base de 50%
8	PAD 02/004/17	DANIEL ROCHA	Ilícitos funcionais	Portaria 006/2017 de 15/02/2017	Destituição do cargo em comissão
9	PAD 02/023/17	PAULO SILVA JÚNIOR	Ilícitos funcionais	Portaria 053/2017 de 19/04/2017	Suspensão de 70 dias convertida em multa na base de 50%
10	PAD 02/018/17	VALÉRIA MARQUES DE OLIVEIRA CRISÓSTOMO DOS REIS	Ilícitos funcionais	Portaria 042/2017 de 24/03/2017	Absolvido
11	PAD 02/005/17	CARLOS CÉSAR ANDRADE DE MOURA	Abandono de cargo	Portaria 025/2017 de 14/02/2017	Demissão
12	PAD 02/030/17	FRANCISCO DELMO SANTOS MARTINS	Ilícitos funcionais	Portaria 104/2017 de 31/08/2017	Suspensão de 50 dias convertida em multa na base de 50%
13	PAD 02/031/17	WASHINGTON RAIMUNDO DA SILVA	Ilícitos funcionais	Portaria 109/2016 de 31/08//2017	Em andamento
14	PAD 02/032/17	LEVI FLORENTINO DE ARAÚJO	Não observar as normas legais e	Portaria 110/2017 de 11/09/2017	Em andamento
15	PAD 02/034/17	NELMA MARIA CHAVES CORREA	Assédio moral	Portaria 116/2017 de 12/09/2017	Em andamento
16	PAD 02/035/17	VALDETE APARECIDA DA SILVA BRAGA/IARA DE OUEIROZ ROSA	Não observar as normas legais e regulamentares	Portaria 012/2017 de 22/09/2017	Em andamento
17	PAD 02/036/17	FRANKLIN CANUTO DA SILVA	Não manter conduta compatível com a	Portaria 119/2017 de 29/09/2017	Em andamento
18	PAD 02/038/17	JOSÉ APARECIDO FRANCO	Não observar as normas legais e	Portaria 130/2017 de 22/11/2017	Em andamento
19	PAD 02/003/17	JANY DE CARVALHO RIBEIRO MAGALHÃES	Não observar as normas legais e regulamentares	Portaria 013/2017 de 24/01/2017	Em andamento
20	SI 03/002/17	AGDA GUANAES SEPÚLVEDA	Não tratar com urbanidade as pessoas	Portaria 137/2017 de 06/12/2017	Em andamento



	TRANSCON							
Nº	PROCESSO	SERVIDOR	ASSUNTO	PORTARIA	SITUAÇÃO ATUAL/PENALIDADE			
21	PAD 02/022/17	CLÁUDIO NAVARRO	Ilícitos funcionais	Portaria 045/2017 de 24/03/2017	Absolvido			

	FAMUC								
Nº	PROCESSO	SERVIDOR	ASSUNTO	PORTARIA	SITUAÇÃO ATUAL/PENALIDADE				
22	PAD 02/024/17	ANTÔNIO CLARET ROLLA CARVALHO	Ilícitos funcionais	Portaria 0188/2017 de 05/05/17	Arquivado				
23	PAD 02/040/17	GRAZIELLE CRISTINA CARVALHO DOS SANTOS	Não ser assíduo e pontual ao serviço	Portaria 131/2017 de 05/12/17	Em andamento				
24	PAD 02/033/17	MARA LUIZ DA COSTA/SILMARA RIBEIRO DA SILVA	Ilícitos funcionais	Portaria 107/2017 de 29/08/17	Em andamento				
25	PAD 02/037/17	VINÍCIUS MICHAEL MARRA	Ilícitos funcionais	Portaria 121/2017 de 05/10/17	Em andamento				
26	PAD 02/008/17	CLAUSI DA SILVA ARAÚJO	Ilícitos funcionais	Portaria 032/2017 de 15/03/17	Em andamento				
27	PAD 02/010/17	MARIA DE LOURDES DA SILVA	Ilícitos funcionais	Portaria 034/2017 de 27/03/17	Absolvido				
28	PAD 02/025/17	RENATA GOMES DE PAULA	Apuração de irregularidade	Portaria 085/2017 de 05/05/17	Arquivado				
29	PAD 02/021/17	ALICE CARDOSO DA CUNHA/ GRAZIELLE CRISTINA CARVALHO DOS SANTOS	Ilícitos funcionais	Portaria 046/2017 de 27/03/17	Em andamento				
30	PAD 02/001/17	VALÉRIA CASTRO DA SILVA	Abandono de cargo	Portaria 001/2017 de 18/01/17	Absolvido				
31	PAD 02/016/17	CARLOS ALBERTO VIEIRA RIBEIRO	Abandono de cargo	Portaria 040/2017 de 23/03/17	Demissão				
32	PAD 02/011/17	RODRIGO DO NASCIMENTO	Ilícitos funcionais	Portaria 035/2017 de 27/03/17	Suspensão de 30 dias convertida em multa na base				
33	PAD 02/009/17	ARIADNE FÁTIMA GONÇALVES DE LIMA	Inassiduidade habitual	Portaria 033/2017 de 27/03/17	Suspensão de 15 dias convertida em multa na base				
34	PAD 02/026/17	SUELLEN FABIANE CAMPOS	Abandono de cargo	Portaria 095/2017 de 03/08/17	Arquivado				
35	PAD 02/027/17	MARCO ANTÔNIO DA SILVA NASCIMENTO	Ilícitos funcionais	Portaria 094/2017 de 02/08/17	Em andamento				
36	PAD 02/017/17	BRUNO CUNHA CHAMONE	Ilícitos funcionais	Portaria 041/2017 de 24/03/2017	Em andamento				
37	PAD 02/029/17	MARIA MARIANA ALVES SOUZA CARVALHO	Ilícitos funcionais	Portaria 106/2017 de 31/08/2017	Em andamento				
38	PAD 02/007/17	IVAN SÉRGIO GOULART	Ilícitos funcionais	Portaria 031/2017 de 21/03/2017	Advertência				
39	PAD 02/019/17	JOSÉ DA SILVA BENTO	Ilícitos funcionais	Portaria 043/2017 de 24/03/2017	Demissão				
40	PAD 02/012/17	LUCINEIDE PADILHA DE SENA SILVA	Acumulação ilegal de cargos-113, inciso IX a XIV	Portaria 036/2017 de 23/05/2017	Absolvido				
41	SI 03/001/17	ANA MOREIRA DA CRUZ	Ilícitos funcionais	Portaria 118/2017 de 13/09/2017	Em andamento				



	FUNEC							
Nº	PROCESSO	SERVIDOR	ASSUNTO	PORTARIA	SITUAÇÃO ATUAL/PENALIDADE			
42	PAD 02/028/17	CLÁUDIO JÚNIOR ANDRADE RIBEIRO	Ilícitos funcionais	Portaria 108/2017 de 31/08/17	Em andamento			

Fonte: Corregedoria Municipal de Contagem.

TOMADA DE CONTAS								
Entidade	PORTARIA	Data	Motivo/Origem	Relatório da Auditoria	Certificado de Auditoria	Prazo p/ conclusão da TCE		
Empresa Terra Brasil	002/2017 de 26/04/2017	26/04/2017	RA 1151.0146.15 e RAE 1151.0108.16, de 07/07/2016 Aterro Sanitário - Contrato 002/2013, Dispensa 007/2013.	RATCE 1151.0078.17 Terra Brasil	CATCE 1151.0084.17 SEMOBS Terra Brasil	24/08/2017		
D. C. C.	001/2017 de	02/05/2015	RA 1101.0100.16, 17/06/2016; RAE	Prorrogação + 120 dias		30/01/2018		
FACMUC	03/05/2017	03/05/2017	1101.0150.16 de 11/10/2016	Prorrogação + 120 dias		30/05/2018		
ACORDA POVO	006/2017, de 14/07/2017	17/07/2017	RA 1101.0123.16 E RAE1101.0180.16, de 19/12/2016 RA 1101.0124.16 e RAE1101.0181.16 de 19/12/2016	Prorrogação + 120 dias		14/03/2018		
PROSA	007/2017, de 25/07/2017	25/07/2017	RA 1101.0124.16 e RAE1101.0181.16 de 19/12/2016	Prorrogação + 120 dias		22/03/2018		
LIGA DESPORTIVA	002/2017, de 22/09/2017	22/09/2017	RA 1201.0182.16 e RAE1201.0036.17 de 19/05/2017	Prorrogação + 120 dias		21/06/2018		

Fonte: Auditoria Geral do Município – Diretoria de Auditorias Especiais.



ANEXO III Produtos de Auditorias Realizados (2017)

		110	UNIDADE	iditorias Kealizados (2	U1 7)	COORDENAÇÃO/
Nº	DATA	PRODUTO	AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	DIREÇÃO
001	10/01/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 31/12/16.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
002	27/01/17	Nota Técnica	Licitações e Contratos	Termo de Referência Simplificado para renovação do Contrato nº 049/2015 da Empresa Rios Projetos e Sistemas – RPS relativo ao Processo Administrativo nº 039/2015.	SEAD	Diretoria de Desempenho
003	30/01/17	Nota Técnica	Licitações e Contratos	Análise e manifestação acerca de pagamento por indenização à empresa ACF Metrópole LTDA, em virtude de prestação de serviço sem lastro contratual no ano de 2010.	SEAD e Sec. Adjunta de Receita Municipal	Diretoria de Conformidade*
004	01/02/17	Nota Técnica	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Manifestação da CGM quanto a possibilidade de pagamento das NAP's 30290 e 30288, de 29/12/2016 da Associação Cidadã de Esportes e Assistência Social – ACEAS.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
005	08/02/17	Relatório de Auditoria	Licitações e Contratos	Auditoria para apurar possíveis irregularidades na execução do Contrato nº 157/2013, referente ao Pregão Presencial nº 44/2013.	SEAD	Auditoria Geral
006	08/02/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Acompanhamos o envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem — PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 31 de Dezembro de 2016.	SEAD	Diretoria de Conformidade
007	10/02/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 31/01/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
008	21/02/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Teto Constitucional – Dezembro 2016	SEAD	Diretoria de Conformidade
009	21/02/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Teto Constitucional – Janeiro 2017	SEAD	Diretoria de Conformidade
010	21/02/17	Nota Técnica	Outros – CRAS-SEDE (cestas básicas)	Apuração de denúncia encaminhada através da Ouvidoria Municipal, mediante análise dos controles de recebimento e entrega de cestas básicas às famílias assistidas pelo CRAS-SEDE, referentes ao ano de 2016.	SMDSH	Diretoria de Conformidade



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
011	21/02/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria acerca do acúmulo de mais de dois cargos ou empregos públicos privativos de profissionais de saúde utilizando como base de dados o registro no CNES-DATASUS – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Janeiro/2017	FAMUC	Diretoria de Conformidade
012	10/02/17	Relatório de Auditoria	Gestão Contábil	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, referente às Auditorias Especiais, e considerando o quanto já apontado por esta Controladoria-Geral na NT n° 1071.0005.15 e Memorando CGM n° 001/2016, procedemos a avaliação do CGO – Custo de Gerenciamento Operacional.	TRANSCON	Auditoria Geral
013	02/03/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 28/02/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
014	10/03/17	Certificado de Auditoria	Gestão Contábil	Acompanhamos o envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF, declarações transmitidas através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal – SIACE-LRF.	SEFAZ	Diretoria de Desempenho
015	13/03/17	Nota Técnica	Licitações e Contratos	Consulta acerca das aquisições e instalações de luminária de LED para o serviço de iluminação pública do Município de Contagem.	SEMOBS	Auditoria Geral
016	20/03/17	Nota Técnica	Outros – Editais de chamamento público	Análise quanto a regularidade e formalização dos instrumentos de Chamamento Público com a Fundação de Cultura de Contagem – FUNDAC.	FUNDAC	Diretoria de Conformidade
017	29/03/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento as determinações do Anexo I da IN nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e demais instrumentos legais aplicáveis a matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual da Prefeitura Municipal de Contagem.	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
018	29/03/17	Nota Técnica	Gestão Financeira	Análise e manifestação acerca de pagamento por indenização à empresa Movimentos Comunicação Integrada LTDA, pela Fundação de Ensino de Contagem – FUNEC.	FUNEC	Auditoria Geral
019	28/03/17	Nota Técnica	Gestão de Contratos	Requerimento feito pela empresa Nutriplus Alimentação e Tecnologia LTDA – indenização.	SEDUC	Auditoria Geral
020	03/04/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 31/03/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
021	17/04/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e das demais Instituições Indiretas cadastradas junto ao SICOM, relativo ao mês de Dezembro, Encerramento do exercício e as Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público relacionados ao exercício de 2016.	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho
022	19/04/17	Certificado de Auditoria	Gestão Contábil	Acompanhamos o envio do – RREO, aos órgãos de controle externo, Secretaria do Tesouro Nacional- STN (União) e TCE/MG (Estado), nos termos do art. 165, § 3°, da Constituição da República/88, c/c o art. 52, da LRF, referente ao 1° Bimestre de 2017 (RREO).	SEFAZ	Diretoria de Desempenho
023	24/04/17	Nota Técnica	Gestão de Contratos	Pagamento por indenização, Construtora Primor LTDA (contrato 20/2016) – Reforma CEMEI Água Branca.	SEMOBS	Auditoria Geral
024	24/04/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da IN nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual do PREVICON.	PREVICON	Diretoria de Desempenho
025	26/04/17	Nota Técnica	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Inquérito Civil Público nº MPMG-0079.11.000920-0, que aponta indícios de mescla e superposição de pagamentos.	SEDUC	Diretoria de Auditorias Especiais



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
026	29/03/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Teto Constitucional – Fevereiro 2017	SEAD	Diretoria de Conformidade
027	28/04/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Teto Constitucional – Março 2017	SEAD	Diretoria de Conformidade
028	28/04/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Acompanhamos o envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem — PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 28 de Fevereiro de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
029	04/05/17	Certificado de Auditoria	Gestão Contábil	Acompanhamos o envio da Declaração de Contas Anuais (DCA), relatórios transmitidas através do SICONFI, realizadas pela Contabilidade Geral da Prefeitura, aos órgãos de controle externo, STN (União), nos termos do art. 51, da Lei Complementar nº 101/2000, referente ao exercício de 2016.	SEFAZ	Diretoria de Desempenho
030	05/05/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 30/04/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
031	11/05/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Acompanhamos o envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem — PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 31 de Março de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
032	12/05/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da IN nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual da CONPARQ.	CONPARQ	Diretoria de Desempenho
033	12/05/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e das demais Instituições Indiretas cadastradas junto ao SICOM, referente à competência do mês de Janeiro/2017.	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
034	15/05/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual do CINCO.	CINCO	Diretoria de Desempenho
035	16/05/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e das demais Instituições Indiretas cadastradas junto ao SICOM, referente à competência do mês de Fevereiro/2017.	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho
036	19/05/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e a Lei Complementar nº 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 1201.0182.17, emitido em 21/12/2016.	SELJ	Auditoria Geral
037	23/05/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar n° 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual da FUNDAC.	FUNDAC	Diretoria de Desempenho
038	24/05/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar n° 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual do IPUCON.	IPUCON	Diretoria de Desempenho



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
039	26/05/17	Nota Técnica	Gestão de Contratos	Merenda Escolar para os professores da rede municipal de educação via caixas escolares.	SEDUC	Auditoria Geral
040	27/05/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em atendimento à solicitação do MPMG, por meio do Of. 079/2017/25ªPJ e Of. 300/2017/25ªPJ/CONT, referente ao Inquérito Civil MPMG-0079.14.008312-6, que trata acerca dos Convênios nº 018/2013 e 018/2014 celebrados entre o Município de Contagem e a "Associação Comunitária do Bairro Beatriz-ACBB", realizamos trabalho de auditoria nas Prestações de Contas.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
041	26/05/17	Relatório de Auditoria	Licitações e Contratos	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias especiais, procedemos a análise de processos relativos a contratações mediante inexigibilidade de licitação com base no artigo 25, caput e incisos, da Lei Federal nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), visando avaliar a conformidade dos atos de gestão em relação a sua execução.	SEDUC	Diretoria de Auditorias Especiais
042	30/05/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta cadastrados junto ao SICOM, referente à competência do mês de Março/2017.	Gabinete do Prefeito	Diretoria de Desempenho
043	31/05/17	Nota Técnica	Gestão Orçamentária	Consulta da Secretaria Municipal de Planejamento Orçamento e Gestão acerca da legalidade da utilização da Reserva de Contingência para suplementações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.	SEPLAN	Diretoria de Desempenho



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
044	02/06/17	Certificado de Auditoria	Gestão Contábil	Acompanhamos o envio do RREO e RGF, declarações transmitidas através do SICONF e SIACE-LRF, realizadas pela Contabilidade Geral da Prefeitura de Contagem, aos órgãos de controle externo, STN e TCEMG, nos termos do art. 165, § 3°, da Constituição República/88, c/c o art. 52 da LRF / art. 54, 55, c/c art. 55, § 2° da LRF, referente ao 1° Quadrimestre de 2017 (RREO) e 2° Bimestre de 2017 (RGF).	SEFAZ	Diretoria de Desempenho
045	05/06/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 31/05/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
046	06/06/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias especiais, e em atendimento à solicitação do MPMG, por meio do Of. 222/2017/25ªPJ/CONT, de 24/02/2017 referente ao Inquérito Civil MPMG-0079.16.000172-7, que trata acerca do Convênio nº 003/2012 celebrado entre o Município de Contagem e a Associação Diniz João Ribeiro "DIJORI".	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
047	06/06/17	Relatório de Auditoria	Gestão de Recursos Humanos	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria/2016 no que concerne às Auditorias de Conformidade realizamos auditoria nas Restrições Médicas dos servidores da Prefeitura Municipal.	SEAD, SMS, TRANSCON, FUNEC	Diretoria de Conformidade
048	08/06/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual da TRANSCON.	TRANSCON	Diretoria de Desempenho



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
049	08/06/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar n° 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual da FUNEC.	FUNEC	Diretoria de Desempenho
050	21/02/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Atos de Pessoal – Janeiro 2017	SEAD	Diretoria de Conformidade
051	31/05/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Atos de Pessoal – Fevereiro a Abril de 2017	SEAD	Diretoria de Conformidade
052	09/06/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual da FAMUC.	FAMUC	Diretoria de Desempenho
053	09/06/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao PAA, e em atendimento à solicitação do MPMG, por meio do Of. 222/2017/25ªPJ/CONT, de 24/02/2017, referente ao Inquérito Civil Público nº MPMG-0079.16.000172-7, que trata acerca do Convênio nº 057/2013 celebrado entre o Município de Contagem e a "Associação Diniz João Ribeiro", realizamos trabalho de auditoria na Prestação de Contas da referida unidade.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
054	12/06/17	Nota Técnica	Gestão de Contratos	Processos Licitatórios que tiveram como objeto o fornecimento e instalação de módulos pré-fabricados autoportantes em sistema Light Steel Framing e a contratação do serviço de construção de obras civis de Unidades Básicas de Saúde no Município de Contagem e regiões, bem como avaliar a execução dos serviços e os pagamentos realizados à empresa IORW Construções e Serviços Ltda - Relatório de Auditoria nº 1132.208.14.	FAMUC	Auditoria Geral
055	12/06/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Acompanhamos o envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 30 de Abril de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
056	14/06/17	Relatório de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Em cumprimento às determinações do Anexo I da Instrução Normativa nº 04/2016 do TCE/MG, tendo como base a CF de 1988, a Lei 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000, a Lei Orgânica do TCEMG e os demais instrumentos legais aplicáveis à matéria, apresentamos o Relatório de Controle Interno sobre as contas do exercício financeiro de 2016, parte integrante da Prestação de Contas Anual da CONTERRA.	CONTERRA	Diretoria de Desempenho
057	05/06/17	Relatório de Auditoria	Gestão de Contratos	Em cumprimento a solicitação do Controlador Geral do Município, ao planejamento anual de auditoria do exercício de 2017 e com o intuito de atender os encaminhamentos apresentados pela Secretaria Municipal de Fazenda, realizouse Auditoria para verificar os procedimentos de contratação e execução do Contrato nº 027/2016, referente à Concorrência 003/2016.	SEMOBS	Auditoria Geral
058	19/06/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta cadastrados junto ao SICOM, referente à competência do mês de Abril/2017.	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
059	22/06/17	Nota Técnica	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Execução e prestação de contas convênio 003/2016 FMI – Instituto Ânima	Pessoa com Deficiência, Mobilidade reduzida e atenção ao idoso	Auditoria Geral
060	23/06/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria/2017 no que concerne às Auditorias de Ações Especiais realizamos auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento social e Habitação referente ao Convênio nº 024/2014 firmado com a Associação Cidadã de Esportes e Assistência Social – ACEAS.	SMDSH	Diretoria de Conformidade
061	23/06/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e a Lei Complementar nº 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade e implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria 11.0012.17, emitido em 10/02/2017.	TRANSCON	Auditoria Geral
062	10/07/17	Nota Técnica	Gestão de Contratos	Análise e verificação dos pagamentos realizados, do cronograma de execução da obra e dos demais pontos relativos ao cumprimento do Contrato 025/2013, RDC Presencial 005/2013 – Construtora ANFAB Ltda.	SEDUC	Auditoria Geral
062A	27/06/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Nos termos do Plano Anual de Auditoria – PAA/2017 realizamos o monitoramento dos convênios federais celebrados pelos Órgãos/Entidades do Município de Contagem com a União, no período de Janeiro à 19 de Junho de 2017, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal.	SEPLAN	Diretoria de Conformidade
063	12/07/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Gestão de Contratos	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e a Lei Complementar nº 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 1071.0005.17, emitido em 08/02/2017, referente a execução do Contrato nº 157/2013, referente ao Pregão Presencial 044/2013.	SEAD	Auditoria Geral
064	14/07/17	Nota Técnica	Outros - Programa Segundo Tempo	Denúncia apresentada junto ao Gabinete do Prefeito, acerca de ações relativas ao Programa Segundo Tempo.	SELJ	Auditoria Geral



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
065	14/07/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta cadastrados junto ao SICOM, referente à competência do mês de Maio/2017.	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho
066	17/07/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 31 de Maio de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
067	18/07/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 30/06/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
068	22/07/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Nos termos do Plano Anual de Auditoria–PAA/2017 realizamos o monitoramento dos convênios federais celebrados pelos Órgãos/Entidades do Município de Contagem com a União, no período de 19 de junho à 16 de julho de 2017, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal e pelo portal de convênios – SICONV.	SEPLAN	Diretoria de Conformidade
069	24/07/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às Auditorias Especiais realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 045/2014, celebrado com a ONG Alegria de Viver.	SMDSH	Auditoria Geral
070	25/07/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias extraordinárias em atendimento à solicitação do MPMG, por meio do Of. 222/2017/25ªPJ/CONT de 24/02/2017, referente ao Inquérito Civil Público nº MPMG-0079.16.000172-7, que trata acerca do Convênio nº 004/2013 celebrado entre o Município de Contagem e a "Obra Social Estrela da Manhã".	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
071	01/08/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias especiais, realizamos auditoria no convênio SMDSH 006/2014, firmado entre o Município, através da Sec. Munic. de Desenvolvimento Social e Habitação e a ONG Grupo de Apoio Comunitário em Movimento - GACOM.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
072	04/08/17	Nota Técnica	Gestão de Contratos	Trata-se de consulta encaminhada pela Diretoria de Recursos Logísticos da Saúde e Diretoria de Gestão de Contratos, referente à solicitação de instruções para realizar pagamentos de notas fiscais emitidas posteriormente ao término da vigência do contrato, postulada por servidores ocupantes de Cargo em Comissão.	FAMUC	UCI-FAMUC
073	09/08/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Acompanhamos o envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 30 de Junho de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
074	10/08/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às no que se refere à execução de auditorias extraordinárias, realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 030/2014, celebrado com o Centro de Alto Desenvolvimento Solidário – CADES e o município de Contagem.	SMDSH	Diretoria de Conformidade
075	09/08/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Atos de Pessoal – Maio a Julho de 2017	SEAD	Diretoria de Conformidade
076	14/08/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta, cadastrados junto ao SICOM, referente à competência do mês de Junho/2017.	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho
077	14/08/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 31/07/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
078	15/08/17	Relatório de Auditoria	Outros - Tomada de Contas Especial	Apresentamos o Relatório de Auditoria sobre Tomada de Contas Especial instaurada mediante Portaria SEMOBS nº 002/2017, de 26/04/17, com a finalidade de apurar irregularidades e eventuais danos causados ao erário Municipal em virtude de contrato nº 002/2013, celebrado entre a SEMOBS e a empresa TERRA BRASIL EMPREENDIMENTOS LTDA.	Secretaria Adjunta de Limpeza Urbana	Auditoria Geral



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
079	07/08/17	Relatório de Auditoria	Gestão de Contratos	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria de 2017, no que se refere às auditorias especiais, foi realizado trabalho no contrato de prestação de serviço de detecção, medição e registro de imagens, contratado emergencialmente, no âmbito da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes - Transcon.	TRANSCON	UCI-TRANSCON
080	17/08/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Regularização da situação financeira de servidores cedidos ao Município	SEAD	Auditoria Geral
081	18/08/17	Certificado de Auditoria	Gestão Contábil	Acompanhamos o envio dos RREO, declarações transmitidas através do SICONF e SIACE-LRF, realizadas pela Contabilidade Geral da Prefeitura de Contagem, aos órgãos de controle externo, STN e TCEMG, nos termos do art. 165, § 3°, da Constituição República/88, c/c o art. 52 da LRF, referente ao 3° Bimestre de 2017 (RREO).	SEFAZ	Diretoria de Desempenho
082	22/08/17	Nota Técnica	Gestão Financeira	Despesas realizadas por meio dos Suprimentos de Fundos do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta concedidos no período de Janeiro a Junho/2017. (adiantamento financeiro)	Prefeitura	Diretoria de Desempenho e Nicolle Bleme
083	10/08/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria/2017 no que concerne às Auditorias de Ações Especiais realizamos auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento social e Habitação referente ao Convênio nº 047/2013 firmado com o IFC – Instituto Filhos de Contagem.	SMDSH	Diretoria de Conformidade
084	21/08/17	Certificado de Auditoria	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	A partir do exame do Processo de Tomada de Contas Especial nº 001/2017, instaurado mediante Portaria SEMOBS nº 002/2017, de 26 de abril de 2017, publicada no "DOC", em 26/04/2017, para apuração de irregularidades e eventuais danos ao erário municipal em virtude do Contrato nº 002/2013 celebrado entre a SEMOBS e a empresa TERRA BRASIL EMPREENDIMENTOS, CONCLUÍMOS PELA REGULARIDADE COM RESSALVA do procedimento da Tomada de Contas Especial.	SEMOBS	Diretoria de Auditorias Especiais



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
085	21/08/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às Auditorias Especiais realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 028/2014, celebrado com a entidade civil Instituto Ser Feliz.	SMDSH	Auditoria Geral
086	23/08/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e a Lei Complementar nº 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes no Relatório de Auditoria nº 1151.0057.17, emitido em 05/06/2017.	SEMOBS	Auditoria Geral
087	25/08/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias especiais, e em atendimento à solicitação do Prefeito do Município de Contagem, foi realizado auditoria no Convênio 040/2014 firmado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação por meio da Organização de Apoio a Juventude e a Família - JUFE, com vistas à verificação de possível irregularidade.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
088	28/08/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Nos termos do Plano Anual de Auditoria — PAA/2017 realizamos o monitoramento dos convênios federais celebrados pelos Órgãos/Entidades do Município de Contagem com a União, em agosto de 2017, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, pelo portal de convênios — SICONV e pelo Sistema de Acompanhamento de Obras da Caixa.	SEPLAN	Diretoria de Conformidade
089	04/09/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Acompanhamos o envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 31 de Julho de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade



N°	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
090	06/09/17	Relatório de Auditoria	Gestão Contábil	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria/2017 no que concerne às Auditorias Especiais com objetivos geral de avaliação e monitoramento das despesas de exercício anteriores realizadas em 2017 pelo FMS. O trabalho contempla a análise do universo de Despesas de Exercícios Anteriores – DEA efetivamente processadas e pagas durante o período de janeiro a maio de 2017.	FAMUC	Diretoria de Desempenho
091	06/09/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento a demanda extraordinária de dirigente contida no OF. PREF.GP nº 227/2017 o que concerne às Auditorias de Ações Extraordinárias realizamos auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação referente ao Convênio nº 021/2014 firmado com a Associação Cuidar Bem – ACB.	SMDSH	Diretoria de Conformidade
092	05/09/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1° a 31/08/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
093	11/09/17	Nota Técnica	Outros - Apoio ao Controle Externo	Inquérito Civil Público nº MPMG-0079.13.000233-4 - Trata-se de demanda encaminhada pelo Ministério Público, através do Oficio 919/2017, reiterado pelo ofício MPMMG 1086/2017, de 25/08/2017, no qual solicita processo de auditoria acerca dos depoimentos de fls. 849/850 e documentos de fls. 856/1281.	FAMUC	Auditoria Geral
094	11/09/17	Nota Técnica	Licitações e Contratos	Análise acerca da utilização da CPCIP - Contribuição para o custeio da iluminação pública para a contratação dos serviços de poda, supressão e destoca de indivíduos arbóreos no município de Contagem.	CONPARQ	Diretoria de Auditorias Especiais
095	11/09/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias especiais, realizamos auditoria no convênio SMDSH 004/2014, firmado entre o Município de Contagem, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação e a ONG União dos Deficientes e Idosos de Contagem - UDECON.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
096	14/09/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às Auditorias Especiais realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 029/2013, celebrado com a ONG Juventude com Atitude - JUCA.	SMDSH	Auditoria Geral
097	02/10/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às Auditorias Especiais realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 099/2013, celebrado com a entidade Juventude Unida de Contagem - JUC.	SMDSH	Auditoria Geral
098	03/10/17	Relatório de Auditoria	Outros - Levantamento Patrimonial	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria de 2017, no que se refere às auditorias especiais, foi realizado trabalho de auditoria no levantamento patrimonial da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes - TRANSCON.	TRANSCON	UCI-TRANSCON
099	04/10/17	Certificado de Auditoria	Gestão Contábil	Acompanhamos o envio dos RREO e RGF, declarações transmitidas através do SICONF e SIACE-LRF, realizadas pela Contabilidade Geral da Prefeitura de Contagem, aos órgãos de controle externo, STN e TCEMG, nos termos do art. 165, § 3°, da Constituição República/88, c/c o art. 52 da LRF/ art.54, c/c art.55, § 2°, da LRF, referente ao 2° Quadrimestre de 2017 (RREO) e ao 4° Bimestre de 2017 (RGF).	SEFAZ	Diretoria de Desempenho
100	05/10/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta, cadastrados junto ao SICOM, referente à competência do mês de Julho/2017.	Gabinete do Prefeito	Diretoria de Desempenho
101	05/10/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 30/09/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
102	06/10/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às Auditorias Especiais realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 038/2014, celebrado com a Instituição Espírita LAR DE MARCOS.	SMDSH	Auditoria Geral



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
103	10/10/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias especiais, e em atendimento à solicitação do Prefeito do Município de Contagem, foi realizado auditoria no Convênio 026/2013 firmado pela SMDSH por meio da Associação Comunitária Jardim Alvorada – ACOJAC que em 08/10/2016 passou a denominar-se Associação Jardim Alvorada - AJA.	SMDSH	Auditoria Geral
104	10/10/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem – PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 30 de Agosto de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
105	16/10/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta, cadastrados junto ao SICOM, referente à competência do mês de Agosto/2017.	Gabinete do Prefeito	Diretoria de Desempenho
106	24/10/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria, no que se refere à execução de auditorias especiais, e em atendimento à solicitação do Prefeito de Contagem, foi realizado auditoria no Convênio 002/2014 e demais aditivos, firmado pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação por meio da Associação Dos Diabéticos De Contagem - ADIC.	SMDSH	Auditoria Geral
107	27/10/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e à Lei Complementar n° 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria n° 1101.0040.17 emitido em 27/05/2017.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
108	27/10/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e à Lei Complementar n° 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria n° 1101.0046.17 emitido em 06/06/2017.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
109	06/11/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 31/10/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
110	07/11/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e a Lei Complementar nº 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade e implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria 1162.0079.17, emitido em 07/08/2017.	TRANSCON	UCI-TRANSCON
111	07/11/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e à Lei Complementar n° 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria n° 1101.0053.17 emitido em 09/06/2017.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
112	07/11/17	Relatório de monitoramento de convênios	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Nos termos do Plano Anual de Auditoria – PAA/2017 realizamos o monitoramento dos convênios federais celebrados pelos Órgãos/Entidades do Município de Contagem com a União, em outubro de 2017, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, pelo portal de convênios – SICONV e pelo Sistema de Acompanhamento de Obras da Caixa.	SEPLAN	Diretoria de Conformidade
113	24/10/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria/2017 no que concerne às Auditorias de Ações Especiais realizamos auditoria na Secretaria Municipal de Desenvolvimento social e Habitação referente ao Convênio nº 003/2013 firmado com a Obra Social Geraldo Brás de Almeida (posteriormente – Obra Social Compartilhar).	SMDSH	Diretoria de Conformidade
114	07/11/17	Nota Técnica	Licitações e Contratos	Reajuste de preço do contrato administrativo nº 011/2013 da empresa Construtora e Dragagem Paraopeba Ltda.	SEMOBS	Auditoria Geral
115	31/10/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às no que se refere à execução de auditorias extraordinárias, realizamos auditoria no convênio SMDSH n° 08/2014, celebrado com o Núcleo de Incentivo à Cultura – NIC e o município de Contagem.	SMDSH	Diretoria de Conformidade



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
116	10/11/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Acompanhamos o envio do FISCAP, declaração on-line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem — PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 30 de Setembro de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
117	10/11/17	Relatório Trilha de Convênios	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Nos termos do Plano Anual de Auditoria – PAA/2017 realizamos o monitoramento dos convênios federais celebrados pelos Órgãos/Entidades do Município de Contagem com a União, em outubro de 2017, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal, pelo portal de convênios – SICONV e pelo Sistema de Acompanhamento de Obras da Caixa.	SEPLAN	Diretoria de Conformidade
118	13/11/17	Nota Técnica	Gestão de Recursos Humanos	Trilha de Auditoria Atos de Pessoal – Agosto a Outubro de 2017	SEAD	Diretoria de Conformidade
119	13/11/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e a Lei Complementar nº 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria nº 101.0069.17, emitido em 24/07/2017.	SMDSH	Auditoria Geral
120	17/11/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017, no que concerne às Auditorias Especiais realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 099.2014, celebrado com a Instituição Espírita LAR DE MARCOS.	SMDSH	Auditoria Geral
121	23/11/17	Nota Técnica	Prestação de Contas e Instrumentos Normativos do TCEMG	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta, cadastrados junto ao SICOM, referente à competência do mês de Setembro/2017.	Gabinete do Prefeito	Diretoria de Desempenho
122	30/11/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Nos termos do Plano Anual de Auditoria – PAA/2017 realizamos o monitoramento dos convênios federais celebrados pelos Órgãos/Entidades do Município de Contagem com a União, no período de 29/11/2017 e 13/11/2017, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal e pelo portal de convênios – SICONV.	SEPLAN	Diretoria de Conformidade



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
123	13/09/17	Relatório de Auditoria	Contratos e Licitações	Auditoria nos contratos de locação de imóveis do Fundo Municipal de Saúde – FMS e da Fundação de Assistência Médica e de Urgência de Contagem – FAMUC.	FAMUC	UCI-FAMUC
124	06/12/17	Certificado de Auditoria	Gestão Fiscal	Regularidade das certidões do Município de Contagem no período entre 1º a 30/11/17.	SEGOV	Diretoria de Auditorias Especiais
125	07/12/17	Nota Técnica	Execução financeira	Despesas realizadas por meio dos Suprimentos de Fundos do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração Indireta concedidos no período de Agosto a Outubro/2017.	Gabinete do Prefeito	Diretoria de Desempenho
126	12/12/17	Certificado de Auditoria	Gestão Contábil	Acompanhamos o envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária – RREO e Relatório de Gestão Fiscal – RGF, declarações transmitidas através do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI e Sistema Informatizado de Apoio ao Controle Externo/Lei de Responsabilidade Fiscal – SIACE-LRF.	SEFAZ	Diretoria de Desempenho
127	14/12/17	Relatório de Avaliação de Efetividade	Efetividade	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017 e a Lei Complementar nº 210/2016, procedemos à avaliação da efetividade da implementação das recomendações constantes do Relatório de Auditoria 1101.0071.17, emitido em 01/08/2017.	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
128	15/12/17	Sumário Executivo	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Sumário Executivo das auditorias realizadas em Convênios	SMDSH	Diretoria de Auditorias Especiais
129	06/12/17	Certificado de Auditoria	FISCAP – Sistema de Fiscalização de Atos de Pessoal	Envio do FISCAP, declaração on- line realizada pelo Fundo de Previdência dos Servidores do Município de Contagem — PREVICON ao TCE/MG, nos termos da Instrução Normativa TCEMG nº 03/2011, referente ao período de 01 a 31 de outubro de 2017.	SEAD	Diretoria de Conformidade
130	27/12/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Em cumprimento ao Plano Anual de Auditoria 2017, ref. às Auditorias Especiais realizamos auditoria no convênio SMDSH nº 041/2014 celebrado entre o Município de Contagem e a "Associação Comunitária da Benção de Deus".	SMDSH	Diretoria de Desempenho



Nº	DATA	PRODUTO	UNIDADE AUDITADA	ОВЈЕТО	DESTINO	COORDENAÇÃO/ DIREÇÃO
131	27/12/17	Relatório de Auditoria	Convênios, Acordos, Ajustes e Instrumentos Congêneres	Nos termos do Plano Anual de Auditoria – PAA/2017 realizamos o monitoramento dos convênios federais celebrados pelos Órgãos/Entidades do Município de Contagem com a União, no período de 14/11/2017 A 31/12/2017, por meio do Portal da Transparência do Governo Federal e pelo portal de convênios – SICONV.	SEPLAN	Diretoria de Conformidade
132	28/12/17	Nota Técnica	Prestação de Contas – Poder Executivo	Monitoramento da prestação de contas do Poder Executivo e dos demais Órgãos da Administração	Gabinete Prefeito	Diretoria de Desempenho



PREFEITURA CONTAGEM